



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LAURA MARIA BENEVIDES FORTE

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: UM
OLHAR SOBRE O ASPECTO DO DIREITO DA MULHER**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

LAURA MARIA BENEVIDES FORTE

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: UM
OLHAR SOBRE O ASPECTO DO DIREITO DA MULHER**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jácса Vieira de Caldas

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

LAURA MARIA BENEVIDES FORTE
A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: UM
OLHAR SOBRE O ASPECTO DO DIREITO DA MULHER

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jácса Vieira de Caldas

Data de aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof.^a. Esp. Jácса Vieira
de Caldas
Orientador (a)

Prof.(a). Ms. Sheyla
Alves Dias
Examinador(a) 1

Prof.(a). Ms. Márcia
Sousa Figueiredo
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Alice, mulher indígena, humilde, que criou sozinha a mim e meus irmãos com dificuldades e resistência, mas também com toda sabedoria necessária para que nos tornemos pessoas honestas e conscientes. Externo a ela minha gratidão por ter me dado a vida e ter me ensinado que ser é mais importante do que ter. Para ela todo o meu amor e minha reverência.

EPÍGRAFE

*Não cortaremos os pulsos, ao contrário,
costuraremos com linha dupla todas as feridas
abertas.*

Lygia Fagundes Telles

RESUMO

Este estudo abordou acerca da invisibilidade do trabalho doméstico gratuito feito por mulheres, buscou-se refletir criticamente sobre esse tema para se fomentar cada vez mais o debate pela compreensão do grande impacto social que essa realidade traz para a vida das mulheres e conseqüentemente todo o meio social.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos, teve como objetivo abordar temas como capitalismo, patriarcalismo, a perspectiva da mulher negra diante dessa realidade do trabalho doméstico gratuito, os impactos nocivos que a sobrecarga traz para a saúde física e mental e como todo esse contexto está estruturado em nosso modelo de sociedade. Para a possibilidade dessa pesquisa foi feito estudos bibliográficos e análises documentais, de artigos, livros de autores e principalmente autoras que trouxeram valiosas contribuições para o tema referido.

Para fundamentar a pesquisa foram utilizadas fontes físicas e eletrônicas como: sites, livros, artigos científicos, leis. Por essas fontes foi possível um embasamento teórico necessário para investigar e discutir o tema em questão. A pesquisa qualitativa e os dados fornecidos permitiram uma maior compreensão dos impactos causados para as mulheres referentes ao tema possibilitando um levantamento real de dados que subsidiam um rico material para pensar possibilidades de enfrentamento a respeito dessa realidade.

Nessa perspectiva o estudo foi baseado em uma ampla revisão da literatura e em análises documentais de pesquisas atualizadas, buscou-se um aprofundamento nos estudos de mulheres, dentre elas, filósofas, feministas, assistentes sociais, professoras e as que desenvolvem unicamente o trabalho doméstico e de cuidado gratuito. Toda essa pesquisa foi fundamental para melhor compreensão da realidade do tema sobre diferentes épocas e contextos sociais como forma de entender sua complexidade para contribuir com o fomento dos debates e com isso visibilizar o trabalho doméstico gratuito invisibilizado pela sociedade.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho doméstico. Questão social. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study addressed the invisibility of free domestic work done by women, seeking to critically reflect on this topic to increasingly encourage the debate to understand the great social impact that this reality brings to women's lives and consequently the entire environment. social.

The work was developed in three chapters, aiming to address topics such as capitalism, patriarchy, the perspective of black women in the face of this reality of free domestic work, the harmful impacts that overload brings to physical and mental health and how this entire context is structured in our model of society. To enable this research, bibliographical studies and documentary analysis of articles and books by authors and especially women authors who brought valuable contributions to the aforementioned topic were carried out.

To support the research, physical and electronic sources were used, such as: websites, books, scientific articles, laws. These sources provided the necessary theoretical basis to investigate and discuss the topic in question. The qualitative research and the data provided allowed for a greater understanding of the impacts caused to women regarding the topic, enabling a real collection of data that provides rich material to think about possibilities for coping with this reality.

From this perspective, the study was based on a broad literature review and documentary analysis of updated research, seeking to deepen the studies of women, among them, philosophers, feminists, social workers, teachers and those who only carry out domestic work and free care. All this research was fundamental to better understand the reality of the topic in different periods and social contexts as a way of understanding its complexity to contribute to the promotion of debates and thus make visible the free domestic work made invisible by society.

Keywords: Gender. Housework. Social issues. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CP – Código Penal

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FPA – Fundação Perseu Abramo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHME – The Institute for Health Metrics and Evaluation

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

INE – Instituto Nacional de Ensino

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MMPB – Música Machista Popular Brasileira

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PT – Partido dos Trabalhadores

SUS – Sistema Único de Saúde

UIP – União Interparlamentar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: UM OLHAR SOBRE O ASPECTO DO DIREITO DA MULHER.....	4
1.1. TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: FERRAMENTA DE CONTRIBUIÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA...6	
1.2. CAPITALISMO E A AMPLIAÇÃO DO PROCESSO DE OPRESSÃO DE GÊNERO.....	11
1.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.....	16
CAPÍTULO II – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E AS IMPLICAÇÕES DA SOBRECARGA NA VIDA DAS MULHERES.....	22
2.1. TRABALHO DOMÉSTICO SOBRE A PERSPECTIVA DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE.....	23
2.2. NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO X EXPLORAÇÃO DISFARÇADA E AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO DAS MULHERES NA ERA GLOBALIZADA.....	28
2.3. DIREITO DA MULHER X COMPREENDENDO OS HORIZONTES REFERENTES AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS.....	33
CAPÍTULO III – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	38
3.1. CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UM ESTUDO SOCIAL E CRÍTICO.....	39
3.2. QUESTIONAMENTO CRÍTICO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO E O PAPEL DESTINADO PARA AS MULHERES NA SOCIEDADE: UMA PERSPECTIVA PARA SE ROMPER COM CICLOS DE VIOLÊNCIA.....	41
3.3. TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO GRATUITO, SOBRECARGA, E OS IMPACTOS NA SAÚDE DAS MULHERES: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Por toda a História as mulheres ocuparam lugares e desempenharam papéis ao qual lhes foram determinados, a nossa sociedade foi estruturada com base na convicção de que mulheres nasceram com dons e funções já estabelecidos biologicamente, com habilidades naturais para realizar o trabalho doméstico e de cuidado. Questionar criticamente essa ideia, falar sobre essa situação é uma das formas de visibilizar essa realidade normalizada.

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma análise crítica a respeito da invisibilidade do trabalho doméstico gratuito feito por mulheres, teve como premissa fomentar a discussão a respeito desse tema, nesse sentido essa análise foi abordada sob uma perspectiva social crítica, destacando pontos pouco discutido em nosso meio social.

Apesar de estar evidente que as mulheres são as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado e que esse fato causa impactos na saúde e conseqüente em seu meio social, a discussão dessa realidade ainda gira em torno de uma romantização, naturalização do senso comum e banalização, por esse motivo tornou-se- necessário fazermos uma abordagem crítica.

O referido trabalho dividiu-se em três capítulos, contendo em cada um três tópicos. O primeiro abordou como base para se discutir os demais, o sistema capitalista e sua responsabilidade diante da invisibilidade do trabalho gratuito feito por mulheres, foi discutido como essa realidade contribui para sua sustentação, hegemonia e produção de lucro, fortalece o sexismo, o patriarcalismo e a opressão de gênero. Nessa perspectiva foi discutido o importante papel das políticas públicas em relação as necessidades humanas e o acesso aos direitos fundamentais das mulheres.

No segundo capítulo foi abordado sobre o trabalho doméstico focando na perspectiva da mulher negra na sociedade. Nesse sentido foi necessário fazer um resgate histórico sobre fatos sociais que envolve diretamente essa população, a escravização do povo negro que até hoje existe apenas mudou-se de roupagem, mas se manifesta nos diversos casos existentes de trabalhos análogos a escravidão, na desvalorização da mulher negra, no racismo estrutural, também foi discutido sobre lei de cotas e seus impactos.

Refletimos ainda nesse capítulo sobre as múltiplas jornadas de trabalho na era global, a situação das mulheres no período de pandemia de covid-19 e a

sobrecarga sentida principalmente para as negras e domésticas. Para melhor debatermos sobre essa questão falamos um pouco sobre a realidade do Brasil em relação a aplicação das leis vigentes, como a PEC das Domésticas. Foi um capítulo importante para refletirmos sobre a situação da mulher negra na sociedade com tantas marcas deixadas pelo racismo.

No capítulo três trouxemos os caminhos metodológicos da pesquisa, como foi escolhido a linha, o tempo de pesquisa e os principais autores. Nesse sentido foi de total importância a contribuição de autoras como: Silvia Federici, Yamamoto, Potyara Amazoneida, Zélia Amador, Denise Mantovani, Heleieth Saffioti, dentre outras. Todo trabalho foi embasado em uma abordagem dialética crítica, social e histórica, trata-se de um meio para compreendermos as repercussões no cotidiano da sociedade e com isso refletir a respeito de como o que aconteceu no passado interfere no que acontece hoje pois os fatos não podem ser analisados fora de um contexto social.

Foi fundamental para reflexão crítica do tema proposto fazer uma abordagem sobre as violências feitas contra mulher, seus ciclos e os impactos que envolvem aspectos culturais, econômicos e sociais. Entender sobre os tipos de violência, inclusive as simbólicas, é muito importante. Nesse sentido abordamos exemplos de tipos de violência naturalizadas como as existentes nas letras das músicas populares tão reproduzida pela sociedade. Foram citados meios de enfrentamento dessa realidade e os mecanismos existentes para a proteção das mulheres vítimas de violências.

Por fim, com a discussão acerca da sobrecarga existente do trabalho doméstico gratuito e invisível e os impactos causados na saúde física e mental das mulheres, trouxemos o que conceitua as expressões da questão social referente ao nosso modelo de sociedade, capitalista, escravocrata e patriarcal. Todo o estudo fez-se na perspectiva de visibilizar a realidade do trabalho doméstico gratuito na vida das mulheres e seus impactos sociais.

Para obter uma maior compreensão sobre o assunto traçamos alguns objetivos específicos, foi feito um levantamento do maior número de autores e artigos que dialogam sobre temas referentes as mulheres, esse auxílio foi o que possibilitou termos um vasto material teórico. Foi importante trazer dados recentes para se obter uma referência quantitativa da realidade social, pesquisar

sobre as leis e como se dá a atuação do estado no que diz respeito aos direitos das mulheres na sociedade Brasileira.

Por meio dessa vasta revisão e das situações que foram apresentadas foi possível compreender a complexidade das questões que envolvem as mulheres no mundo, diz respeito a realidades que mesmo com a tentativa de serem invisibilizadas estão escancaradas em todos os contextos sociais. São múltiplas expressões da questão social que precisam ser mais debatidas e enfrentadas.

CAPÍTULO I – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: UM OLHAR SOBRE O ASPECTO DO DIREITO DA MULHER

“Pela maior parte da História, ‘anônimo’ foi uma mulher.”
(Virginia Woolf)

O primeiro capítulo tem como objetivo fazer uma análise crítica sobre a função do trabalho doméstico gratuito para o capitalismo. trazendo um enfoque de como essa tarefa culturalmente feita predominantemente por mulheres contribui para a sustentação, a reprodução e a opressão de gênero, ferramentas essenciais para hegemonia desse sistema. Parte de uma perspectiva da mulher como reprodutora na esfera econômica para o seu papel na reprodução social, na reprodução da força de trabalho.

No primeiro tópico foi discutido sobre a questão da invisibilidade do trabalho doméstico gratuito, sua naturalização e desvalorização, trazendo o foco dessa relação com o capital para refletirmos como o sistema se apropria e se beneficia do trabalho gratuito feito por mulheres para fortalecer sua hegemonia e sustentar sua produção de lucro, no caso, a mais valia.

Nessa perspectiva foi também discutido sobre a importante contribuição que esse trabalho gratuito oferece para a reprodução da riqueza socialmente produzida pois produz a mão de obra que irá servir ao capital, nesse sentido, com a rica contribuição da filósofa Silvia Federici, foi feita uma abordagem crítica sobre a importância da remuneração para esse trabalho oculto e a necessidade de sua valorização social.

No segundo tópico foi trazido o debate sobre o sistema capitalista e a opressão de gênero que se origina de sua estrutura, para tanto foi abordado brevemente sobre o que a história nos traz no que diz respeito a constituição dos papéis socialmente construídos para as mulheres e sua inserção predominante do que diz respeito ao mundo do privado as afastando da esfera do que é público.

Nessa perspectiva o debate se deu acerca da divisão sexual do trabalho, em como as mulheres negras e periféricas se encontram nessa realidade, e sobre as formas como o sistema capitalista e o sistema patriarcal fortalecem os papéis socialmente construídos e definidos na sociedade e nesse sentido ampliam a opressão sobre o gênero.

O terceiro tópico aborda sobre a questão de gênero e as políticas públicas para as mulheres, para esse debate foi feita leituras nos artigos da mestra em Serviço Social Potyara Pereira, tornando possível abordar e relacionar as políticas públicas com as necessidades humanas. Sobre essa perspectiva foi trazido o foco para a mulher, sua saúde, a apropriação sobre o seu corpo e suas escolhas reprodutivas e toda a violência com que elas são diariamente submetidas, nesse sentido foi refletido sobre a necessidade de respostas diferentes para as quais.

Foi necessária para reflexão sobre as políticas públicas para as mulheres dar foco sobre a inserção das mulheres nos espaços políticos majoritariamente ocupados por homens no Brasil e fora dele, essa necessidade se deu com o objetivo de refletirmos sobre a importância de cada vez mais as mulheres ocuparem espaços de tomadas de decisões, onde se prioriza, elabora e efetiva as políticas públicas.

Em relação ao tema em questão essa escolha se deu em meio a inquietações em relação a invisibilidade do trabalho doméstico gratuito e tudo que isso ocasiona de nocivo a vida das mulheres, e a urgência dessa desnaturalização. Para isso, foi levado em consideração toda a estrutura que possibilita que essa invisibilidade se fortaleça, através de um sistema cada vez mais hegemônico, por um processo "oculto" de construção social.

Diante disso concluo que essa pesquisa trará uma contribuição para o meio acadêmico e a sociedade de um modo geral, pois traz para foco uma discussão cada vez mais necessária para uma realidade invisibilizada que é o trabalho doméstico gratuito. Trazer para debate esse tema é fundamental para dar visibilidade aos papéis socialmente construídos e determinado para as mulheres e que gera a opressão. Esse constitui o maior objetivo da pesquisa, refletir sobre uma realidade para se pensar meios de se construir outro tipo de relação societária, livre de opressão e exploração sobre a mulher.

1.1 TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: FERRAMENTA DE CONTRIBUIÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA.

O trabalho doméstico não converte determinada matéria em produto material, tornando-se desvalorizado. Quando se trata do trabalho doméstico não remunerado essa desvalorização se torna maior, pois a sua naturalização socialmente reproduzida torna oculto o seu real valor e a viabilidade que produz para a reprodução da força de trabalho, sua remuneração é pouco discutida, frente a contradição do sistema vigente de forma globalizada.

É importante destacar que o trabalho doméstico não é considerado, o que contribui para sua desvalorização social, apesar de ter um papel fundamental na reprodução da sociedade. Estimativas mostram que, se o trabalho doméstico não remunerado fosse computado no PIB, este aumentaria em 11%¹. A partir dessa perspectiva, torna-se importante e necessário trazer cada vez mais o debate sobre essa realidade vivenciada por inúmeras mulheres.

O trabalho doméstico gratuito se constitui como ferramenta para a reprodução do capitalismo, tem permanecido e perpassado os distintos modos de produção. A esfera produtiva é a designação prioritária dos homens, conseqüentemente o espaço público e de poder, e cabe às mulheres a esfera reprodutiva, cuidam da casa, da alimentação, da família, e, assim, são designadas para a reprodução, para o trabalho assalariado e para o trabalho doméstico.

O capitalismo se mantém a partir da exploração de uma classe sobre a outra e, nesse sentido, a classe explorada é quem reproduz o contingente de mão de obra para o sistema, ou seja, a mulher é considerada nessa perspectiva, como produtora e mantenedora desta mão de obra a ser inserida no mercado, incluindo a ela própria. Engels ressaltou sobre essa lógica quando escreveu:

“A construção lógica do capitalismo criando famílias nucleares, mantendo a mulher na função de casa e filhos e naturalizando esse trabalho como inerentes as mulheres, ganha, em proporções

¹ Por Ana Luíza Matos de Oliveira, Fundação Perseu Abramo, 20 de ago. de 2018. Disponível em:<<https://fpabramo.org.br/2018/08/20/invisibilidade-do-trabalho-domestico-na-economia/>>

econômicas, subsídios para que este sistema se perpetue.”
(Engels, 1984, apud Cabreira, 2020, p. 26)

Muitas pesquisas têm sido feitas por estudiosos de diversas áreas: filosofia, psicologia, economistas, feministas etc. que nos dão uma importante contribuição para pensarmos e discutirmos sobre o trabalho gratuito e invisibilizado das mulheres na reprodução social, nos trazendo subsídios para se pensar criticamente sobre a nebulosidade dessa realidade como uma direção efetiva para o processo de reprodução do sistema capitalista.

Cabreira concorda com o escritor britânico Mc Murtry escreveu sobre esse fato:

“A força integrante e emergente, no terceiro mundo é a força não remunerada das mulheres que ainda não estão desconectadas da economia da vida pelo seu trabalho. Elas servem vida não reprodução de mercadorias elas são o alicerce oculto da economia mundial e o equivalente salarial de seu trabalho vitalício é estimado em 16 trilhões de dólares” (Mc Murtry, 1999, apud Cabreira, 2020, p.26).

Haja vista que, quando falamos em contribuição para a sustentação da reprodução do capital naturalmente nos remetemos para o que nos diz o filósofo alemão marxista Karl Marx em seu conceito de mais-valia, usado para explicar o funcionamento do lucro no capitalismo.

Trata-se da exploração da classe trabalhadora do chão da fábrica e seu trabalho excedente que gera lucro para os donos dos meios de produção e naturalmente contribui para a sustentação do capital, essa perspectiva é correta, mas não a única para definir esse conceito se pensarmos na possibilidade de se extrair mais valia fora de um sistema de produção material, daí entra o trabalho doméstico gratuito feito pelas mulheres, que não produz mercadoria, mas produz mão de obra barata essencial para a produção de mais-valia.

O Capitalismo necessita de seus operários saudáveis, bem alimentados, limpos e principalmente dispostos, e para isso os donos do meio de produção necessitam do trabalho doméstico gratuito feito pelas mulheres que estão em casa esperando os trabalhadores explorados, cansados e alienados pelo capitalismo, são milhões de horas de trabalho não remunerados feitas em silêncio e que são vitais para manter todos os outros trabalhos.

A filósofa Silvia Federici nos disse sobre a importância de reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, estamos falando da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. (FEDERICI, 2018)

A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. (COSTA, 1972, apud FEDERICI, 2018, p.38).

Nesse sentido fica claro que a escola também incorpora os trabalhos das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram esse trabalho aos seus filhos, os alunos que chegam bem cuidados, alimentados, com a roupa passada pela mãe, eles que futuramente servirão como mão de obra para o capital.

A historiadora e filósofa feminista italiana Silvia Federici nos trouxe uma contribuição importante quando escreveu sobre a dificuldade de se discutir o salário para o trabalho doméstico. De acordo com a autora isso provém do fato de reduzirem os salários para o trabalho doméstico a uma coisa, a uma quantidade de dinheiro, em vez de tratá-lo a partir de uma perspectiva política. Partindo dessa análise a autora observou as implicações revolucionárias da reivindicação por salários para o trabalho doméstico.

É a reivindicação pela qual termina a nossa natureza e começa a nossa luta, porque o simples fato de querer salários para o trabalho doméstico já significa recusar esse trabalho como uma expressão de nossa natureza, e, portanto, recusar precisamente o papel feminino que o capital inventou para nós. (FEDERICI, 2018, p.46)

Segundo a autora, exigir um salário para o trabalho doméstico destruirá, por si só, as expectativas que a sociedade tem de nós, lutamos diretamente contra um papel social imposto, que coloca as mulheres em uma situação de inferioridade e invisibiliza a exploração a qual estão submetidas

no sistema capitalista e o modo como seu trabalho é apropriado na estrutura desse sistema como ferramenta para reprodução deste.

A teórica feminista defendeu que o trabalho doméstico é o mais importante no modo de produção capitalista, porque produz os próprios trabalhadores, sem os quais não há trabalho. Ela nos esclareceu sobre o que realmente se espera quando fala sobre salários para o trabalho doméstico gratuito.

Deve ficar claro, no entanto, que, quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalistas, porque nós nunca estivemos fora delas. Nós lutamos para destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres, que é um momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia. (FEDERICI, 2018, p.47)

A análise crítica sobre a invisibilidade do trabalho doméstico gratuito como ferramenta para a reprodução capitalista nos aproxima da compreensão de que capitalismo e patriarcalismo são sistemas que caminham lado a lado, enraizado em nossa cultura, essa estrutura que se apropria do trabalho gratuito das mulheres faz parte do processo de hegemonia do capital, nesse sentido, essa função doméstica não é visto como trabalho, e sim como algo natural, desconsiderando que a imensa quantidade desse trabalho não remunerado e depositado nas costas das mulheres é a razão da sobrevivência do capitalismo e embora seja imprescindível para a manutenção e para a reprodução da sociedade também é ideologicamente desvalorizado por ser encoberto pela produção social, pois a sua execução se dá dentro de casa. Bernardino Costa nos trouxe essa análise.

Assim, o trabalho doméstico não tem por objetivo produzir bens materiais para serem trocados no mercado, mas se caracteriza por seus valores de uso. Ao ser concebido como “naturalizado feminino” e “reprodutivo” e não reprodutor de mercadorias, o trabalho da dona de casa, e’ ou da trabalhadora doméstica não possui a devida recompensa monetária e o reconhecimento social. Como uma forma de trabalho não pago por ser considerado somente em seu valor de uso, o trabalho doméstico constitui o pilar da produção capitalista, pois entende-se que este trabalho realizado dentro do âmbito doméstico, mantém a mão de

obra empregada no mundo “produtivo”. (BERNARDINO-COSTA, 2012, apud TEIXEIRA, BIFANO, LOPES, 2016, p.63)

O sistema capitalista em sua dinâmica de extração de mais valia utiliza a questão do trabalho doméstico gratuito na reprodução da força de trabalho como algo oculto, e isso tem um objetivo claro se pensarmos na essência do capitalismo, que é unicamente lucrar explorando uma mão de obra barata e alienada no seu processo de produção e reprodução social.

A respeito disso podemos pensar que sem a ocultação e naturalização desse trabalho feito predominantemente pelas mulheres o operário teria que realizar essa função doméstica ou pagar para alguém a realizar e isso implicaria pela necessidade de maiores salários e isso na lógica capitalista vai totalmente contra sua dinâmica de acumulação que tem como objetivo central para seu desenvolvimento e crescimento o lucro extraído da mais valia.

Diante disso podemos afirmar que a imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado e depositado nas costas das mulheres é a razão da sobrevivência do capitalismo, é a ferramenta fundamental para o fortalecimento da reprodução desse sistema. A respeito disso Silvia Federici esclareceu:

“O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças- os trabalhadores do futuro-, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. (FEDERICI, 2018, pag. 68)

Com isso, ficou claro que analisar a questão do trabalho doméstico gratuito para a sustentação da reprodução capitalista é fundamental para darmos visibilidade a questão da mulher na reprodução da força de trabalho, portanto é necessário refletir sobre as conexões existentes entre as relações sociais de produção e reprodução e os papéis sexuais, isso é possível se dermos enfoque nos debates sobre as relações de gênero.

O capital ofusca a identificação da classe trabalhadora e os divide entre si em uma classe trabalhadora e um proletariado não trabalhador. Nessa

dinâmica estão as mulheres que sofrem essa determinação no mundo doméstico.

Essa realidade vivida por milhões de mulheres nos coloca em uma posição naturalizada de exploração e falar sobre isso é lutar contra esse papel que nos foi determinado por um sistema que oprime, segrega e nos determina em uma posição de inferioridade. Entender como essa dinâmica funciona para a reprodução da sociedade é dar voz a luta das mulheres por equidade e justiça, é dar o real sentido sobre o papel que desempenhamos no sistema econômico.

É de extrema importância que lutemos juntos, homens e mulheres por um mundo mais justo, sem opressão e exploração do indivíduo, independente de gênero, raça e classe social. Parece utópico se pensarmos que vivemos presos a um sistema capitalista que irá a todo custo ocultar o real papel que cumpre as mulheres que estão trabalhando gratuitamente para a reprodução da vida, da mão de obra que irá servir ao capital.

Sabemos que o caminho é longo e que a luta é diária e urgente, portanto, dar visibilidade para essa realidade que o capitalismo tenta ocultar é dever de todos pois se trata de um problema social, possível de mudanças para os que refletem criticamente sobre esse sistema e acredita em um mundo mais justo, igualitário e livre de exploração.

1.2 CAPITALISMO E A AMPLIAÇÃO DO PROCESSO DE OPRESSÃO DE GÊNERO.

Os temas referentes ao capitalismo e as questões que dele derivam as relações estruturais entre raça e a opressão de gênero ainda é pouco discutido mesmo tendo em vista o trabalho de muitas teóricas feministas nesse sentido. A ampliação desse debate torna-se necessário para pensarmos sobre esse sistema e o processo de opressão de que se origina dele.

A teoria marxista defende que o capitalismo é a origem da opressão de gênero, essa afirmativa não quer dizer que o sistema capitalista tenha criado a opressão de gênero, mas que se apropria e amplia esse processo.

Estabelecendo novos padrões de sexismo. Mesmo sem adentrar profundamente nessa teoria é necessário voltarmos na história e trazer um pouco sobre o que Engels nos escreveu em sua obra: A origem da família, da propriedade privada e do estado.

Engels nos trouxe essa rica contribuição e trazemos isso muito resumidamente, que a opressão às mulheres surge do mesmo processo que institui a propriedade privada e a divisão das classes, portanto, as primeiras formas de organização social não supunham a opressão da mulher, existia uma divisão social do trabalho, que era sim sexual, ou seja, a aquisição de alimentos era responsabilidade do homem e de reprodução da vida era das mulheres, porém, eram tarefas vitais ao grupo social e por isso propriedade comum de todo o grupo. (ENGELS, 1984)

Com o desenvolvimento da agricultura promoveu-se uma maior produção de alimentos e o acúmulo de um excedente permitindo a troca regular de produtos, o que gerou também a escravização de pessoas, e conseqüentemente a divisão da sociedade em classes. Desse acúmulo surge a necessidade da transmissão hereditária do patrimônio, isto é, seria preciso herdeiros para tomar conta de toda riqueza produzida.

Nesse contexto, foi necessária uma modificação na constituição familiar, incluindo as divisões de papéis, colocando as mulheres na responsabilidade pelo que era privado e os homens pelo mundo da produção. Institui-se daí a família monogâmica representada pelo homem provedor e a mulher não possuidora, constituindo a base da dependência econômica e da situação de exploração dos direitos do sexo feminino.

Outra perspectiva para pensarmos sobre o capitalismo e a opressão de gênero se dá com uma breve explanação sobre o período medieval quando as mulheres foram alvos de regimes como a inquisição e a caça às bruxas. as famigeradas “bruxas” eram mulheres que tinham o conhecimento de como funcionava a natureza, o plantio, como tratava-se doenças com plantas medicinais, como se combatia uma febre, uma gripe, ou seja, as mulheres tinham uma importância na sociedade, a partir do momento que essas mulheres estudiosas de qualquer segmento começaram a questionar seu papel

inferiorizados pelo homem, a Igreja Católica dominada por ideias patriarcais, percebeu uma ameaça, a mulher se tornou um símbolo que iria desestabilizar a paz e o progresso do capitalismo.

Esse movimento que se iniciou no século XV na Europa predomina até hoje só que com outras formas mais modernizadas pois essa tradição de séculos passados não passava de um preconceito de gênero que infelizmente perdura fortemente até hoje. Diante disso é possível pensar como o capitalismo é responsável pelo processo de opressão de gênero, pois é ao papel social que desempenham as mulheres enquanto sexo na sociedade capitalista que remonta a natureza específica de sua subordinação. Sobre isso Cabreira nos escreveu que:

Ser mulher na sociedade capitalista significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um status do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo natural. (Cabreira, 2020, p. 8).

Podemos compreender que por mais que se incorpore as mulheres no “trabalho produtivo”, isto não irá desencadear a emancipação, uma vez que a raiz do problema está na subordinação familiar e no controle da sexualidade. A emancipação só irá acontecer de fato quando a mulher for incluída na “produção social”. (STOLCKE, 1980, apud Cabreira, 2020).

Nesse sentido é importante questionarmos como podemos pensar nessa emancipação com a ausência de uma equidade na divisão sexual do trabalho. Vivemos em um sistema capitalista e patriarcal estruturado na opressão de gênero, preconceito, exploração, desvalorização, sexismo, que é cristalizado em nossa construção societária. Sobre esse sistema de opressão a filósofa Saffioti nos alertou sobre a necessidade de pensarmos como esse contexto se dá para as mulheres de todas as classes, raça e níveis sociais, sobre isso ela nos escreveu:

Não se pode generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas, é inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no

entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada um. (SAFFIOTI, 1992, p. 191)

Nessa perspectiva é importante pensar como a opressão de gênero atinge as mulheres a partir da classe social, apesar de todas sofrerem com a problemática de gênero, sofrem de forma diferente e torna-se claro que as saídas para elas também são diferentes de acordo com a classe social a que pertencem. Sobre as discriminações enfrentadas pela mulher negra nos fala a professora Zélia Amador:

“Para a mulher é tudo mais difícil. A mulher negra, então, tem ainda um fardo maior de discriminações. Ela é atravessada pela questão da raça, pelo fato de ser negra, do gênero, por ser mulher, e ainda por estar condenada à pobreza”.²

A mulher negra periférica enfrenta diversas formas de discriminação como racismo, sexismo, exploração no trabalho, falta de condição socioeconômica, as tornando mais vulneráveis a vários tipos de violência, como a violência doméstica, a falta de acesso à educação de qualidade, falta de acesso aos serviços de saúde e a desigualdade no mercado de trabalho.

Haja vista que a sociedade capitalista define a posição das mulheres na sociedade como forma de dominação, é característica cristalizada dessa realidade a naturalização de um papel determinante para as mulheres na vida privada, nessa lógica o homem deve trabalhar para a sustentar e a mulher deve ficar em casa trabalhando para a reprodução da família.

Nessa perspectiva é internalizado ao imaginário social que esse papel determinado para as mulheres é algo biológico, elas nascem com o instinto natural de cuidar, procriar, servir e essa ideia oculta a exploração ao qual as mulheres são submetidas diariamente e aumenta a relação de poder dos homens que precisa ser entendida em uma perspectiva de um sistema capitalista e patriarcal que parte de uma estrutura socialmente construída e não como algo biológico, ao qual a mulher já nasce determinada. A respeito disso nos esclareceu Denise Mantovani:

² Por Taymã Carneiro, G1 PA, Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/zelia-amador-traz-o-olhar-ativista-sobre-as-discriminacoes-enfrentadas-pela-mulher-negra.ghtml>>.

A cultura patriarcal gera o machismo e a misoginia, que são o desprezo e o desrespeito às mulheres e, em consequência, as violências contra nossos corpos. O Patriarcado estrutura as manifestações de machismo no interior das famílias, nas escolas, nas ruas, nas piadas, nos estereótipos de gênero, nos papéis sociais atribuídos ao masculino e feminino heteronormativos, na formulação das leis e na interpretação delas por um sistema jurídico que carrega o princípio de decidir em favor do patrimônio dos homens brancos, burgueses, endinheirados.³

Foi analisado nesse tópico o capitalismo e as muitas formas com que esse sistema amplia o processo de opressão de gênero. Para esse entendimento torna-se necessário pensar sobre como isso se dá tratando-se dos papéis determinantes para as mulheres na sociedade, especialmente relacionados na divisão sexual do trabalho, essa estrutura divide homens e mulheres entre a esfera produtiva e reprodutiva.

Historicamente, dentro da sociedade capitalista o trabalho doméstico e de cuidados familiares recai sobre as mulheres sobre o discurso de que essas atribuições são naturalmente femininas, isso reforça cada vez mais uma cultura machista e de opressão que as colocam em uma condição de inferioridade pois as limita aos cuidados da casa e de toda estrutura familiar e conseqüentemente as afasta da vida pública, política, profissional, educacional. Isso contribui para sua baixa autoestima e dependência masculina.

É importante salientar que estamos falando em muitas horas de trabalho gratuito e invisibilizados e que são realizados também por mulheres que vendem sua força de trabalho para o mercado, mulheres que realizam duplas ou triplas jornadas de trabalho, ou seja, estamos falando de exploração em seu mais nítido grau, naturalizada e ocultada.

Sem uma justa divisão sexual do trabalho e com a forte estrutura de um sistema capitalista e patriarcal que explora, invisibiliza e afasta as mulheres da esfera pública, as colocando em um papel socialmente construído de vocação para os cuidados domésticos e familiares chega a ser difícil pensar em uma saída para esse sistema de opressão, esse papel destinado socialmente para as

³ Extraído de <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/17/sistemas-de-opressao-interligam-racismo-sexismo-e-classe-social>.

mulheres é a maneira como o capital encontra de fortalecer sua hegemonia e sobre isso Silvia Federici nos escreveu.

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima á custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos em uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: "sim, querida, você é mulher de verdade)" (FEDERICI, 2018).

Portanto, como foi citado no início, o sistema capitalista não criou a opressão de gênero, mas intensificou sua realização através de suas dinâmicas econômicas, a conscientização por parte de toda a sociedade sobre a opressão de gênero no sistema capitalista é fundamental para pensarmos em promover uma igualdade de gênero e construir outro tipo de sociabilidade, onde não exista opressão e exploração. Isso não requer somente uma mudança no sistema econômico, mas também uma transformação cultural e social.

1.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na construção e na transformação das sociedades, é através delas que se dá visibilidade as necessidades de questões de interesse público, possibilitando por exemplo ações concretas de enfrentamento a vários tipos de violência.

Os movimentos sociais, em particular, os movimentos feministas desempenham um importante papel na construção de políticas públicas pois destacam as questões de gênero dando visibilidade as desigualdades sofridas pelas mulheres na sociedade.

Podemos entender em um conceito mais geral sobre políticas públicas que são decisões e ações planejadas e implementadas pelo governo para

atender as necessidades das sociedades em áreas como saúde, educação, segurança, econômica, entre outras.

Outra definição muito pertinente nos trouxe a professora Potyara, quando relaciona as políticas públicas a necessidades humanas. Segundo a autora se for analisado criteriosamente o processo de formação e desenvolvimentos das políticas públicas, veremos que na base de cada uma delas encontram necessidades humanas, que foram problematizadas e se transformaram em questões de direito. (Potyara, 2006).

Nessa perspectiva é possível pensar o quanto as políticas públicas voltadas para a questão de gênero são importantes, haja vista que para as mulheres inseridas nesse sistema patriarcal suas necessidades humanas básicas como o direito a própria vida lhes é diariamente negado.

Reconhecer, portanto, a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos, tem sido um grande passo para a construção da cidadania, pois isso equivale reconhecer a existência de uma força desencadeadora de conquistas sociais e políticas. (POTYARA, 2006, p. 68)

Para tratar das políticas públicas em sua perspectiva de gênero faz-se necessário pensar no papel que as mulheres ocupam em espaços de tomadas de decisões, em cargos políticos por exemplo. Apesar de haver mudanças significativas nesse sentido, esses espaços continuam sendo em sua maioria ocupado por homens, dificultando com isso, se colocar em pauta como prioridade as questões relacionadas as mulheres e gênero.

Reportagem recente⁴ mostrou que a presença de mulheres no congresso Brasileiro é inferior à média mundial apesar de a participação nos processos eleitorais no Brasil terem aumentado em 2022*.

Esses são os resultados do novo informe anual apresentado pela união interparlamentar (UIP). No Brasil um novo recorde de mulheres negras se

⁴ CHADE, Jamil. Notícias Uol, 2023. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/03/presenca-de-mulheres-no-congresso-brasileiro-e-inferior-a-media-mundial.htm>>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

apresentou para as eleições de 2022, 4,8 mil entre 26 mil candidatas. Uma tendência parecida foi identificada nos EUA, Colômbia ou França. De acordo com os dados, a participação de mulheres na Câmara dos deputados é de 17%, contra apenas 16% no senado. De 43 eleições avaliadas em 2022, o Brasil ocupou apenas a 30 posição, abaixo da Somália, Guiné Equatorial, Bahrein ou Quênia. Dos 513 assentos na Câmara, apenas 91 estão ocupados por mulheres.

Nos 19 processos eleitorais em 2022 para senados pelo mundo, O Brasil ficou apenas na 16 posição, com apenas 13 senadoras entre 81 assentos.

No total, apenas seis países agora têm paridade de Gênero (ou uma proporção maior de mulheres do que homens) em sua câmara inferior ou única a partir de 1 de janeiro de 2023. Eles são: Nova Zelândia, Cuba, México, Nicarágua, Ruanda e Emirados Árabes Unidos.

Outros ganhos notáveis na representação feminina foram registrados na Austrália, com resultado mais forte do ano. Com um recorde de 56,6% de cadeiras conquistadas por mulheres no senado), além de Colômbia, Guiné Equatorial, Malta e Eslovênia.

Sobre a importância de as mulheres ocuparem cada vez mais cargos na política para se efetivar políticas públicas que busquem garantir seus direitos, vale citar o que nos escreveu Simone de Beauvoir, “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes” (BEAUVOIR, 1949).

Haja vista que a redemocratização do Brasil começou em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, para presidente, desde então o país tem passado por ciclos de políticas públicas em diversas áreas, incluindo saúde, educação, segurança e desenvolvimento econômico. Houve também avanços notáveis com a criação do bolsa família e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

É importante mencionar que as políticas públicas no Brasil são marcadas por desafios, se tratando das políticas públicas voltadas para as questões das mulheres torna-se necessário um foco no que diz respeito a saúde, segurança, renda, entre outros. O índice de feminicídio e violência de todas as formas são alarmantes, a sobrecarga física e mental é algo também a ser cuidado.

“O direito a saúde é fundamental para garantir a qualidade de vida, segundo a Organização Mundial de saúde (OMS) o termo saúde ultimamente ganhou uma denominação mais ampla, significa: O estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (PHILIPPI, 2005, p.71).

Relembra Potyara, pelas teorias das necessidades humanas que nos servem de referência todas as pessoas necessitam de saúde física e de autonomia para, em sociedade dar forma a sua vida e determinar o seu curso (Raz, apud Doyal e Gough, 1994, apud, Potyara, 2006). Porém há o reconhecimento da existência de necessidades universais e particulares que se aplica as mulheres. Ou seja, uma coisa é a conceituação de necessidades humanas básicas e outra é a definição das formas de satisfazê-los, ou seja, a definição de políticas sociais pertinentes (POTYARA, 2006).

Nesse sentido faz-se necessário no contexto da realidade de vida das mulheres em relação as suas necessidades humanas as respostas serem diferenciadas principalmente em relação a saúde e a capacidade feminina para ter filhos, que devem ser consideradas pelas políticas públicas. Nesse sentido nos escreveu Potyara a exemplo do que ocorre no Brasil:

No Brasil, por exemplo, as estatísticas informam que a cada duas horas uma morrer por motivos de gravidez. No tocante a autonomia, a contingência da gravidez pode oferecer riscos a capacidade das mulheres de exercerem controle do seu próprio corpo e sobre o planejamento de sua família. Para exercer com autonomia essa capacidade elas devem contar com programas educativo, provisão direta de contraceptivos, tratamento da esterilidade e da subfecundidade, enfim devem ter autonomia para controlar sua vida reprodutiva. E tudo isso irá repercutir favoravelmente nos filhos, na unidade familiar e na sociedade. (POTYARA, 2006, p.78-79)

Diante do exposto fica claro a importância das políticas públicas na promoção da saúde das mulheres, é importante pensarmos que desigualdade de gênero como disparidades de salários, violência doméstica, acesso desigual à educação, abuso, estupro, exploração são questões vividas por milhões de mulheres mundo a fora, essas violências afetam a saúde mental as impedindo de ter uma qualidade de vida e exercerem sua autonomia.

O patriarcado é um sistema em que o poder e a autoridade são predominantemente detidos por homens e tem raízes profundas na história da humanidade, as mulheres sofrem diariamente discriminação e desigualdades por conta da hegemonia desse sistema, nesse sentido as políticas públicas têm um papel fundamental para promover a igualdade de gênero e proteger os direitos das mulheres.

Potyara chamou a atenção para o fato de que a história tem mostrado que a cidadania prevaiente tem um perfil marcadamente masculino e que o gênero é uma dimensão interdisciplinar, que apesar de estar presente em todas as formas particulares de respostas políticas como saúde, educação, emprego, assistência exige um tratamento diferenciado. (POTYARA, 2006)

Nesse sentido Potyara nos escreveu:

Para as mulheres a conquista da autonomia exige que elas estabeleçam relações de interdependência para além da família, abarcando a comunidade no seu mais amplo escopo. E isso requer a participação do Estado, porque só ele pode prover serviços como creches, playgrounds, cuidados de saúde e educação, orientação sobre contracepção e abortos, refúgio para as mulheres vítimas de violência. (POTYARA, 2006, p.86).

Esta provisão compromete o Estado para o atendimento das necessidades sociais e desperta a consciência pública para as reivindicações femininas, fornecendo-lhes elementos de reflexão e ação.

Potyara lembra o que escreveu McIntosh: qualquer movimento de libertação da mulher não pode esquecer que a origem da opressão está na instituição da família, com suas ideologias, seus imperativos e seus constrangimentos os quais extrapolam o lar e impõem na sociedade a divisão de gêneros. (MCINTOSH, 2000, p.127, apud, POTYARA, 2006, p.86)

Por fim e não menos importante devemos lembrar que nesse contexto estão também pessoas homoafetivas e negras e que essas questões de gênero estão interconectadas, é fato que a discriminação e o preconceito afetam de maneira desproporcional pessoas que pertencem a esses grupos.

Portanto, é fundamental que as políticas públicas não sejam implementadas de forma isolada, mas de maneira integrada reconhecendo as intercessões entre o gênero, orientação sexual e raça. A luta por políticas públicas que efetive igualdade de gênero e igualdade racial é um processo diário que requer o envolvimento e comprometimento de toda a sociedade.

CAPÍTULO II – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E AS IMPLICAÇÕES DA SOBRECARGA NA VIDA DAS MULHERES.

O primeiro tópico do capítulo II abordou a respeito do trabalho doméstico na perspectiva da mulher negra, levou-se em consideração que apesar dessa realidade refletir na vida da maioria das mulheres é necessário e urgente um olhar mais cuidadoso para essa população específica pois é fato que sofrem historicamente diversos tipos de exploração, nesse sentido foi explanado sobre a importância da lei de cotas raciais como uma reparação social, o tópico foi concluído com a discussão a respeito do que ainda infelizmente vivenciamos em nossa sociedade, trabalho análogo a escravidão e para isso foi abordado reportagens sobre casos recentes ocorridos em nosso país.

No segundo tópico foi trazido uma reflexão crítica sobre as múltiplas jornadas de trabalho para as mulheres na era globalizada e nesse sentido foi apresentado dados de pesquisas que demonstraram essa realidade. Sobre essa perspectiva foi tratado a respeito da situação das mulheres no período da pandemia de covid 19 onde a reponsabilidade de cuidados aumentou significativamente, a esse respeito outros dados foram apresentados com o objetivo de uma maior reflexão sobre a sobrecarga recaída sobre as mulheres nesse período específico.

No terceiro tópico a discussão se deu sobre a perspectiva do horizonte do trabalho das empregadas domésticas e para essa abordagem foi trazido informações sobre a PEC das Domésticas e suas especificidades, fez-se necessário dados de pesquisas que trazem números que favorecem uma maior noção sobre a realidade vivida pelas domésticas e com esse propósito foi abordado como a legislação trabalhista atua nos direitos e deveres das empregadas domésticas.

2.1- TRABALHO DOMÉSTICO SOBRE A PERSPECTIVA DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE.

O trabalho doméstico é na maioria das vezes subestimado e desvalorizado apesar de ser uma parte essencial da sociedade, envolve uma ampla quantidade de atividades dentro do ambiente doméstico, como limpeza, cozinha, cuidado com crianças e idosos. Ou seja, desempenha um papel importante no cotidiano das pessoas e no funcionamento da vida como um todo. A desigualdade no trabalho é uma realidade na vida de inúmeras mulheres, tratando do trabalho doméstico a desvalorização é maior.

Pensar sobre igualdade pressupõe respeitar as diferenças inerentes da condição feminina, nesse sentido em 2022 foi criada uma coordenação Nacional voltada para o combate à discriminação, a violência e assédio nas relações de trabalho. O Estado Brasileiro reconhece a necessidade de reconhecer a heterogeneidade da composição da classe trabalhadora e a demanda por garantia de direitos especiais.⁵

Muitos fatores contribuem para desvalorização do trabalho doméstico a invisibilidade social é um deles pois ocorre no lar e a sociedade tende a valorizar mais o trabalho visível e remunerado. Outra questão importante está relacionada ao gênero, pois a ideia socialmente construída e aceita é que as mulheres são naturalmente mais aptas a cuidar da casa e da família e essa ideia baseada no senso comum fortalece a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente a exploração, essa realidade coloca as mulheres encarregadas das tarefas domésticas afastando de seus interesses, sonhos e ambições.

Apesar de todo esse contexto fazer parte da vida de milhões de mulheres e todas sofrerem com as conseqüências desse fato é importante destacar sobre como isso se reflete especificamente na vida das mulheres negras que sofreram e sofrem por toda a história diversos tipos de discriminação e exploração.

Sobre a perspectiva da mulher negra Zélia Amador nos trouxe seu olhar ativista. Segundo a professora o racismo deixou marcas até os dias atuais e no

⁵ Por Marina Sampaio e Beatriz Montanhana, Brasil de Fato, 7 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/07/e-importante-falar-das-desigualdades-entre-homens-e-mulheres-no-mundo-do-trabalho>>

Brasil foi muito além pois foi o país que mais importou negros no continente americano e o último a abolir a escravidão. Isso contribuiu para que a população negra acumule desigualdades em todas as esferas: saúde, educação, perspectiva de vida⁶.

Ainda referenciando a autora, as mulheres negras continuam sendo força de trabalho, ela afirmou que a mulher negra mesmo superando a questão da classe social continuará sendo discriminada por sua raça, etnia, credo e por ser mulher, para a professora a educação é um dos pontos principais para combater as desigualdades.

“A sociedade ainda mata mulheres, comporta a misoginia, perpetua a cultura do estupro. Já o negro quando morre é visto como uma ameaça menos. Falta empatia. Se colocar no lugar do outro. Conhecer verdadeiramente a história do país. Entender nossa identidade. E isso vem através da educação, com o que trabalho pela vida inteira”.⁶

Nesse sentido é importante abordar sobre a necessidade de políticas públicas afirmativas para essa população, é fundamental defender por exemplo, a importância das leis de cotas raciais, tema bastante discutido e discriminado por uma imensa parcela da sociedade, cheias de um discurso preconceituoso de meritocracia que só perpetua a discriminação e fortalece uma ideia que o lugar do negro, principalmente da mulher negra é de servidão, exploração, é realizando trabalhos domésticos gratuitos como se não existisse outra possibilidade de perspectiva para a vida.

A lei de cotas raciais - Lei 12.711/12 é indispensável para garantir que as pessoas negras tenham igualdade de oportunidades pois foram historicamente discriminadas e exploradas na sociedade. Portanto essas leis governamentais ou institucionais são implementadas com o objetivo de corrigir desigualdades históricas.

A Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco em entrevista enfatizou a importância da legislação que completou 10 anos, ela disse não existir outra lei de reparação maior do que a de cotas, é importante citar que essa pasta foi

⁶ Taymã Carneiro, G1 PA, Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/zelia-amador-traz-o-olhar-ativista-sobre-as-discriminacoes-enfrentadas-pela-mulher-negra.ghtml>>.

recriada no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu desmonte se deu no governo anterior como parte de seu projeto de exclusão. A lei também é fruto da luta do movimento negro. A lei de cotas é uma das maiores reparações que temos no país afirmou a ministra.⁷

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2019, o número de negros nas universidades do país cresceu 400%. O Censo da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2018 mostra que a participação de indígenas no ensino superior aumentou 842%, entre 2010 e 2017 (Brasil de Fato, 2023).⁷

Diante do exposto é possível refletir sobre a necessidade de que em uma sociedade o acesso à educação seja gratuito e de qualidade para todos, de também fundamental importância é que o Estado tenha um olhar atencioso para a população negra, que sofre inúmeras discriminações.

Nesse sentido torna-se urgente visibilizar as mulheres que realizam trabalhos domésticos, inúmeras delas tem como única perspectiva de vida essa atividade pois na maioria das vezes lhes é negado oportunidades.

A negação ao direito básico a educação é um dos entraves para a conquista da autonomia das mulheres de decidir sobre sua vida, isso faz parte do reflexo de uma realidade de estrutura social, no caso da brasileira, escravagista. É impossível não relacionar ao papel que foi determinado socialmente para desempenhar as mulheres negras escravizadas obrigadas a inúmeras funções, entre tantas cuidar da casa e dos filhos de seus senhores.

É necessário desconstruir essa realidade que coloca mulheres como única responsável por trabalhos domésticos, seja dentro de casa ou fora, isso faz parte de um sistema patriarcal enraizado que limita o potencial feminino, potencializa as desigualdades de gênero, segrega. tratando-se da população negra essa realidade torna-se maior.

⁷ Brasil de Fato, 5 de fev. de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/05/nao-existe-outra-lei-de-reparacao-maior-do-que-a-de-cotas-hoje-diz-ministra-anielle-franco>>

Pesquisa recente mostrou que as mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no Brasil e que a maioria não tem carteira assinada e recebem menos que um salário-mínimo. De acordo com a pesquisa as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. A maioria está acima de 40 anos e tem renda média inferior a um salário-mínimo.⁸

Segundo os dados do IBGE o rendimento médio mensal das domésticas caiu de R\$ 1.016,00 em 2019, para R\$ 930,00 no ano passado. As trabalhadoras sem carteira ganharam 40% a menos do que as com carteira. Já as mulheres negras no serviço doméstico receberam 20% a menos do que as não negras. Cerca de 32% dessas trabalhadoras tinham menos de um ano no serviço enquanto 19,2% estavam no mesmo emprego há mais de 10 anos.⁸

Considerando que muitas conquistas foram alcançadas no decorrer da história, entre elas a inserção feminina no mercado de trabalho, resultado de muita luta e resistência, é certo também afirmar que está longe de ser alcançado uma plena autonomia e a igualdade entre os gêneros, a luta precisa ser diária.

As mulheres e principalmente as negras e pobres sofrem inúmeras discriminações, abusos e exploração. Nesse sentido podemos pensar sobre o trabalho escravo não como um fenômeno exclusivo da realidade colonial, mas como algo que infelizmente permanece em nossa sociedade mesmo que em outras formas mais modernas.

O trabalho em condição análoga à escravidão, apesar de ser um crime previsto no art.149º do Código Penal (CP) brasileiro, ainda é visto em nossa sociedade. Trata-se de crime comum, qualquer pessoa pode praticá-lo ou ser vítima dele, independente de raça, sexo ou idade. No caso da “escravidão moderna doméstica”, a aceitação cultural de certas práticas legitima tal ato criminoso (BRASIL, 1940).

Essa prática diz respeito a condições de trabalho doméstico extremamente precárias e desumanas que se assemelham a escravidão a qual

⁸ Por Pedro Rafael Vilela, Agência Brasil, Brasília, 27 de abr. de 2022. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-paisda%20segundo%20os%20dados%20do,do%20que%20as%20com%20carteira.>>

são submetidas na maioria das vezes mulheres, é uma forma de exploração laboral desumana que viola os direitos fundamentais, o direito à liberdade.

Uma reportagem feita recentemente exemplifica essa realidade. Uma mulher negra, de 84 anos, resgatada de trabalho escravo doméstico após 72 anos, ela trabalhou para três gerações de uma família sem direitos e ainda sendo vigiada para não ter contato com o mundo externo. Patrões controlavam visitas e telefonemas, disseram testemunhas.⁹

Realidades como esta ainda são comuns atualmente, muitas dessas mulheres saem das casas dos pais ainda jovens, a maioria se desloca para outras cidades com a esperança de melhores condições de vida, as pessoas que as escravizam enganam com um discurso falso de que elas fazem parte da família, na realidade o que acontece é um crime de escravização doméstica.

Em abril de 2023, o governo lançou uma campanha nacional para receber denúncias desse tipo de ocorrência por meio do Disque 100. A iniciativa integrou as ações anunciadas por ocasião do dia Nacional da empregada doméstica, celebrado no dia 27 de abril.¹⁰

É importante ressaltar que a invisibilidade do trabalho escravo contemporâneo dificulta a quantificação em razão da subnotificação dos dados, em relação a mulher negra historicamente vítima de racismo e segregação essa realidade aumenta consideravelmente o que conseqüentemente torna-se um empecilho para o seu enfrentamento.

Portanto, ficou claro que a exploração e discriminação do trabalho doméstico desempenhado em sua maioria por mulheres negras faz parte do racismo estrutural que atravessa nossa sociedade. Essas mulheres enfrentam injustiças decorrentes de uma longa história de discriminação racial que deve ser combatido, para isso é importante reconhecer e abordar as desigualdades no trabalho doméstico e olhar com mais empatia e respeito para a população negra.

⁹ Redação CUT, 13 de mai. de 2022. Disponível em:< <https://www.cut.org.br/noticias/mulher-negra-de-84-anos-e-resgatada-de-trabalho-escravo-domestico-apos-72-anos-fe77>>

¹⁰ Por Pedro Rafael Vilela, Agência Brasil, Brasília, 27 de abr. de 2022. Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>>

2.2 NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO X EXPLORAÇÃO DISFARÇADA E AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO DAS MULHERES NA ERA GLOBALIZADA.

A globalização é uma característica do mundo contemporâneo que trouxe muitas mudanças significativas, proporcionou uma interconexão mundial e tecnológica e conseqüentemente o acesso a uma variedade de produtos e serviços, toda essa relação entre países e regiões do mundo é importante para o processo de desenvolvimento, mas também é preocupante no que diz respeito a exploração do trabalho que na era da globalização pode ser observada em várias dimensões.

No que diz respeito a exploração do trabalho na era global é importante destacar as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres, levando em consideração que a maioria trabalha fora e dentro de suas casas, sem remuneração ou recebendo salários precários e essa realidade as afeta de forma desproporcional.

Ricardo Antunes e Giovanni Alves nos chamou a atenção sobre o aumento significativo das mulheres no mundo do trabalho contemporâneo que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, entretanto, ressaltou os autores sobre a existência de um movimento inverso quando se trata dos salários, na qual os níveis da remuneração das mulheres são em média inferiores, e o mesmo ocorre com os direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. (Antunes, Alves, 2004)

Tendo em vista que diante das transformações para uma economia globalizada as mulheres têm ocupado diversos espaços sociais, conquistado e avançado em termos de direito, isso é algo importante e deve ser considerado, mas é percebido também que os impactos dessas transformações são diferenciados na vida delas, pois reproduzem, por exemplo, uma enorme desigualdade de gênero e conseqüentemente uma exploração.

Apesar da divisão conjugal do trabalho ter evoluído no sentido de uma maior partilha de tarefas, persiste o padrão masculino de reduzida alocação de tempo destinado ao trabalho doméstico ou parental, recaindo sobre as mulheres a condução da vida familiar. (Poeschl, Silva e Múrias, 2004; Perista et al., 2016;

Wall et al., 2016 apud Múrias, 2019) Em média, as mulheres investem mais 1 hora e 45 minutos na realização do trabalho não pago do que os homens e fazem-no através do desempenho simultâneo de várias tarefas, domésticas e cuidados parentais.

As mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, desempenhando uma ampla gama de funções e ocupações. No entanto, ainda enfrentam desigualdades. Muitas mulheres enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades que vai além do trabalho remunerado e abrange uma série de tarefas não remuneradas.

Segundo a pesquisa mostrou em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. No Nordeste tinha as menores taxas de realização de afazeres domésticos, para o total (81,1%), para os homens e (71,6%) e para as mulheres (89,7%). Os dados afirmaram que mulheres pretas são as que mais realizam afazeres domésticos. As taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,0%, 80,6% e 78,0%, respectivamente).¹¹

A questão de as mulheres negras serem as que mais realizam trabalhos domésticos está relacionado a um legado de escravidão e racismo, faz parte do reflexo das desigualdades que são históricas em nossa sociedade. Nesse sentido é fundamental que se construam políticas que promovam igualdade e que combata o racismo e o sexismo. A respeito da enorme diferença entre homens e mulheres que realizam afazeres domésticos torna-se necessário desconstruir a ideia de a mulher ser biologicamente mais apta ao serviço de cuidar.

Essa realidade pode ser refletida pela perspectiva da divisão sexual do trabalho que perpetua estereótipos de gênero arraigados na sociedade, que atribuem determinados papéis as pessoas com base em seu sexo. Essa divisão

¹¹ Por Carmen Nery e Vinícius Britto. Agência de Notícias IBGE. 11 de ago. de 2023. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>

além de injustiça é prejudicial a vida, pois fortalece desigualdades, violências, adocece, explora, limita o potencial de desenvolvimento das mulheres e da sociedade de modo geral. Silvia Federici abordou em entrevista sobre essa realidade:

A questão do trabalho doméstico é tão dramática hoje como era nos anos 1970, porque as mulheres agora não têm tempo. Elas trabalham o tempo todo. Trabalham cuidando de todo mundo, da casa, ajudando as pessoas a viver e ajudando as pessoas a morrer.¹²

Ficou claro que a exploração da mulher sobrecarregada é um problema que precisa ser abordado de maneira abrangente e global, portanto é crucial que a globalização seja acompanhada por medidas políticas que protejam os direitos das mulheres e promovam a igualdade de gênero.

A Psicóloga e pesquisadora Eliane Caldas em entrevista a Fiocruz falou sobre como a falta de uma rede de apoio, o acúmulo de funções e a inexistência de uma legislação que ampare as mães ao retorno ao trabalho contribuem para uma sobrecarga.

A Mulher/mãe, na sociedade complexa e industrial, não tem tempo para gerir sua vida. São obrigações e mais obrigações para dar conta, e muitas vezes, ela assume sozinha os cuidados dos filhos que, por algumas situações, a afastam do mercado de trabalho e levam a uma responsabilidade pesada. Mãe carrega nas costas dupla e tripla jornada. Se ser mãe é padecer no paraíso, há algo de errado, nem sempre visto e/ ou negado socialmente.¹³

Nesse sentido é fundamental a elaboração efetiva de políticas públicas e a responsabilização do Estado na criação de um ambiente mais equitativo para as mulheres possibilitando reduzir as sobrecargas de múltiplas jornadas de trabalho. É necessário o papel que as políticas desempenham também na educação e conscientização sobre questões de igualdade de gênero o que

¹² Por Úrsula Passos, da Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de out. de 2018. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>>.

¹³ Psicóloga comenta sobrecarga da mulher com jornada múltipla de trabalho. Redação ND, Florianópolis, 4 de abr. de 2022. Disponível em:<<https://ndmais.com.br/cidadania/psicologa-comenta-sobrecarga-da-mulher-com-jornada-multipla-de-trabalho/>>.

contribui para uma sociedade mais justa para as mulheres e equitativa de um modo geral.

Entrevista realizada pelo Pauta Brasil com a participação de Elen Coutinho, diretora da Fundação Perseu Albano, Rachel Marques, suplente de deputada federal e secretária executiva, e Jessica Italoema, diretora da FPA, abordou sobre a sobrecarga das mulheres durante a pandemia de covid-19.¹⁴

As mulheres são em sua maioria sobrecarregadas, esse fato é socialmente aceito o que dificulta ainda mais a luta contra essa realidade visível, mas que ao mesmo tempo a sociedade invisibiliza pois a exploração está enraizada e naturalizada em todos os contextos. No período de uma crise humanitária onde foi mais necessário o cuidado com pessoas a situação da exploração do trabalho doméstico e de cuidados aumentou consideravelmente.

Nesse sentido, o impacto na vida das mulheres, o machismo presente e crescente, a destruição das políticas públicas fundamentais para a mínima qualidade de vida afeta muito as Brasileiras e no período de pandemia essa realidade se agravou.

Rachel defendeu a necessidade de cobrar os meios necessários para dar apoio as mulheres, lembrando todo o contexto da pandemia que trouxe isolamento social com agressores na mesma habitação, desemprego, perda de renda e sobrecarga.

“As mulheres são muito afetadas pelo estresse que está relacionado a pandemia, e para ser mais tolerável, é preciso todo um suporte social, da família, dos companheiros, o auxílio emergencial”, políticas públicas e sensibilidade para entender a sobrecarga feminina e as grandes dificuldades deste momento. A realidade das mulheres é de dupla jornada numa sociedade machista em sua estrutura, e ela “está mais difícil ainda”.¹⁴

Diante do exposto ficou claro que a pandemia da covid-19 mesmo tendo acabado deixou sequelas significativas na vida das mulheres, um deles foi o aumento da sobrecarga de trabalho e reponsabilidades de cuidado que como efeito causou impacto na carreira, aumento da violência, aumento da

desigualdade de gênero, problemas na saúde mental. todos esses desafios destacam a necessidade de políticas e ações específicas para as mulheres pós pandemia pois suas consequências se manifestam hoje.

Nesse sentido analisou a professora Sandra Gemma e seus orientandos Flavia de Lima e Gustavo Bergstrom em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU sobre como e porque as implicações advindas da pandemia do coronavírus impactam diferentemente as mulheres.

Na pandemia, essas desigualdades comumente existentes no sistema reprodutivo são exacerbadas, visto que, em decorrência do distanciamento e isolamento social, aumento de doentes, do fechamento das escolas e da ampliação do trabalho remoto - em alguns casos, recaem sobre o gênero feminino, de forma acentuada, o trabalho não remunerado, invisível e não reconhecido simbólica e materialmente. (Gemma, 2021)¹⁵

Portanto, ficou claro que embora tenham ocorrido avanços na promoção da igualdade de gênero, ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que as mulheres não sejam sobrecarregadas com responsabilidades domésticas e tenham igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. A reponsabilidade do Estado nesse sentido é fundamental na implementação de políticas, leis e programas que promovam a redução das desigualdades.

É necessário sempre deixar claro que essa realidade não é algo designado, se apresenta com esse formato porque faz parte de uma estrutura social aonde as responsabilidades reprodutivas, os cuidados e manutenção do lar são socialmente naturalizados como tarefas exclusivas das mulheres. Pensar em uma sociedade globalizada com igualdade de gênero não apenas beneficia as mulheres, mas também enriquece a sociedade como um todo, trata-se de um mundo onde todas as pessoas podem ter as mesmas oportunidades e direitos.

¹⁵ Por Ricardo Machado. Trabalho das mulheres na pandemia é um fluxo contínuo de atividades que gera sofrimento. 07 jun. 2021. Disponível em:< <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7760-trabalho-das-mulheres-na-pandemia-e-um-fluxo-contínuo-de-atividades-que-gera-sofrimento/>>.

2.3- DIREITO DA MULHER X COMPREENDENDO OS HORIZONTES REFERENTES AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS.

As trabalhadoras domésticas desempenham uma variedade de tarefas essenciais para a manutenção de lares e famílias. Essas profissionais realizam uma gama diversificada de atividades. Embora esse trabalho seja uma parte fundamental da economia global, as trabalhadoras domésticas enfrentam muitos desafios, como baixos salários, longas jornadas de trabalho e falta de reconhecimento social.

Além disso, muitas trabalham em condições precárias e enfrentam discriminação de gênero e etnia. Pesquisas demonstraram que os trabalhadores que desenvolvem atividades remuneradas no âmbito doméstico somam um total de 5,7 milhões de pessoas no Brasil, desses mais de 91% são mulheres, das quais 65% são negras, classe ainda sofre todo tipo de discriminação e abuso¹⁶.

Muitos países estão adotando medidas para regulamentar o trabalho doméstico, fornecer direitos trabalhistas, No entanto a discriminação e desvalorização das empregadas domésticas ainda são desafios que persistem, está associado, muitas vezes, as mulheres de baixa renda. Essas trabalhadoras são excluídas por toda a história legislativa da sociedade. A despeito dos impressionantes indicadores.

O trabalho doméstico foi excluído de importantes marcos legais trabalhistas, como a consolidação das leis do trabalho (CLT), de 1943, e incluído parcialmente na constituição federal de 1998. Os direitos do trabalho foram conquistados de forma paulatina e parcial. A exemplo disso, somente em 1972, com a lei no 5.859, de 11 de dezembro, as trabalhadoras domésticas tiveram direito a carteira assinada e a inclusão no sistema previdenciário, ou seja, quase 30 anos após a vigência da CLT.¹⁷

¹⁶ Por Hilana Pereira e Marina Sampaio, Brasil de Fato, São Paulo, 21 de mar. de 2023. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/21/no-mes-das-mulheres-e-preciso-falar-das-trabalhadoras-domesticas>>

¹⁷ Por Cristina Pereira Vieceli. Dez anos da PEC das domésticas: efeitos dos avanços legislativos em período de retrocessos políticos e trabalhistas. DMT em debate, 17 de jul. 2023. Disponível em:<<https://www.dmtemdebate.com.br/dez-anos-da-pec-das-domesticas-efeitos-dos-avancos-legislativos-em-periodo-de-retrocessos-politicos-e-trabalhistas/>>.

Apesar dos avanços na legislação e nas regulamentações trabalhistas muitos fatores culturais, sociais e econômicos contribuem para que persista a desvalorização do trabalho doméstico, como por exemplo: discriminação de gênero e raça, falta de conscientização, informalidade, falta de acesso a benefícios, preconceitos enraizados na sociedade.

São 5,2 milhões de mulheres que fazem todo tipo de tarefas, como limpeza, jardinagem, cuidado de crianças, idosos e de pessoas com deficiência, entre outras, que são essenciais para a própria existência da classe trabalhadora. Ainda, é a garantia de que alguém desenvolvera as atividades no âmbito reprodutivo que permite que as demais pessoas desenvolvam atividades na esfera produtiva (Pereira, Sampaio, 2023).¹⁸

No Brasil, as trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres e afrodescendentes, enfrentam uma série de desafios e desigualdades em seu trabalho, falta de reconhecimento, baixos salários, longas jornadas de trabalho são parte desse desafio diário.

Inúmeros desafios são enfrentados pelas trabalhadoras domésticas, a regulamentação insuficiente é algo que dificulta consideravelmente a vida dessas mulheres pois as deixa vulneráveis a exploração e ao abuso por parte dos empregados sendo obrigadas a aceitar jornadas de trabalhos exaustivas e salários insuficientes para viver dignamente.

Segundo demonstrou a pesquisa mesmo com a inclusão jurídico-trabalhista com a edição da Emenda Constitucional nº 72/2013 e, posteriormente, com a sanção da Lei Complementar nº 150/2015, que garantem direitos básicos e fundamentais a discriminação legislativa remanesce.¹⁸

Nesse sentido é necessário elucidar sobre a importância do registro do contrato de trabalho, é o direito mais fundamental dos trabalhadores, é o que atesta a existência da relação emprego e garante o acesso aos benefícios previstos na lei, porém ainda é negado a inúmeras trabalhadoras domésticas por trabalharem até 2 dias por semana.

¹⁸ Por Hilana Pereira e Marina Sampaio. Brasil de Fato, 21 de mar. 2023. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/21/no-mes-das-mulheres-e-preciso-falar-das-trabalhadoras-domesticas>>

Ao todo, o IBGE informa que são 4 milhões de mulheres trabalhadoras na informalidade nessa atividade- o registro na carteira de trabalho e previdência social (hoje atualizada pelo social) é uma conquista dos trabalhadores alcançada em 1932, e que, mais de 90 anos depois, em 2023, ainda não é garantida a milhões de trabalhadoras domésticas.¹⁹

A legislação trabalhista no Brasil no que diz respeito ao trabalho das empregadas domésticas ainda enfrenta desafios e críticas, pois se percebe uma lacuna quando se trata dessa profissão, principalmente para as mulheres negras e isso tem total ligação com a estrutura de nossa sociedade escravagista, exemplo disso é inúmeros casos de trabalho doméstico em condições análogas às de escravizados.

Segundo apresentou a reportagem outro exemplo de discriminação ainda existente no século 21 é a concessão de seguro-desemprego para as empregadas domésticas no limite de 3 parcelas fixas, no valor de um salário-mínimo, com prazo para requerer até 90 dias, os demais trabalhadores têm direito a 5 parcelas podendo variar com prazo para requerer em até 120 dias.¹⁹

Considerando que toda essa discriminação e desvalorização referente ao trabalho doméstico tem uma forte ligação histórica fortalecida por uma parcela da sociedade privilegiada que tem como principal objetivo ascender cada vez mais as custas da exploração de outras pessoas, exemplo disso foi as inúmeras críticas de alguns empregadores em relação a Emenda Constitucional (PEC) nº 478/10, PEC das Domésticas, com a justificativa de que seria um obstáculo manter trabalhadoras domésticas em razão dos custos para o empregador e as contas públicas. A esse respeito notaram-se argumentos resistentes à garantia de novos direitos às trabalhadoras.

O debate sobre a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas tem encontrado certa resistência no espaço da sociedade e na esfera governamental com base num possível aumento de custos do trabalho doméstico para empregadores/as e as contas públicas. Em estreita articulação com ideias divulgadas recentemente na mídia e que dão

¹⁹ Por Hilana Pereira e Marina Sampaio. Brasil de Fato, 21 de mar. 2023. Disponível em:<
<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/21/no-mes-das-mulheres-e-preciso-falar-das-trabalhadoras-domesticas>>

conta do fim do trabalho doméstico, renasce um discurso que desenha um cenário de crise: ao maior custo do trabalho doméstico relacionado a redução da oferta, soma-se ainda um maior custo relacionado a ampliação dos direitos trabalhistas.²⁰

É importante ressaltar que a PEC das Domésticas foi um importante avanço para a categoria em relação aos seus direitos trabalhistas, direitos esses historicamente negligenciados, a emenda representou um avanço na busca por igualdade e justiça no mercado de trabalho. Teve como objetivo estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Os dados evidenciam também que vem surgindo um novo modelo de trabalho, marcado pela existência de uma trabalhadora que presta serviços em mais de um domicílio e que não possui carteira assinada. Para esta população - que já alcança 24% do total – os debates em torno da ampliação de direitos proporcionada pela PEC podem ser pouco- ou nada- aplicáveis. Isso porque as jurisprudências atuais apontam- que só existe vínculo de trabalho quando uma trabalhadora doméstica atua no mesmo domicílio mais de três vezes na semana.²⁰

Ou seja, as trabalhadoras que não se enquadram nessas condições, estariam fora das possibilidades de formalização via registro em carteira, e assim sem os direitos previstos na legislação e que possam ser adicionados pela PEC. Uma alternativa segundo a nota técnica seria uma contribuição como autônoma o que não lhe oferece o mesmo rol de direitos disponíveis ao contribuinte na condição de empregado. Essa realidade é comum para as diaristas que trabalham em mais de uma residência por semana e por isso não possuem vínculo empregatício.

Os avanços da legislação das domésticas foram contrapesados com os retrocessos que a sucederam. Sobre esse contexto indicaram dados que o

²⁰ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica nº 10. Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, ago. 2012. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120830_notatecnicadisoc010.pdf>.

cenário de retrocessos econômicos, políticos e trabalhistas na última década se sobrepuseram aos avanços legislativos alcançados pela PEC.

Esse cenário ocorre em um contexto de acelerado envelhecimento populacional no Brasil, o que acarreta maior demanda por cuidados. As trabalhadoras domésticas ofertam tanto atividades de cuidados diretos quanto indiretos, inclusive há uma tendência de crescimento das trabalhadoras de cuidados diretos. A precarização da ocupação doméstica e a falta de políticas voltadas para este setor impacta, portanto, toda a sociedade brasileira, mas principalmente as mulheres e meninas pobres e negras.²¹

Garantir que as empregadas domésticas tenham os mesmos direitos e benefícios que outros trabalhadores é um dever do Estado e de toda a sociedade, valorizar essa tarefa e sua justa remuneração ajuda a romper com uma lógica socialmente construída de que o trabalho doméstico deve ser feito por mulheres gratuitamente. Sobre essa importância nos escreveu Silvia Federici.

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo (Federici, 2018, p.74).

Portanto, fica claro que historicamente o trabalho doméstico tem sido associado principalmente as mulheres e de forma gratuita e essa realidade cria um ambiente propício para a discriminação e desvalorização das empregadas domésticas. Nesse sentido a implementação de políticas que visam a valorização das empregadas domésticas é fundamental para garantir segurança e proteção social, condições de trabalho justa, igualdade de gênero e dignidade e respeito.

²¹ Por Cristina Pereira Vieceli. Dez anos da PEC das domésticas: efeitos dos avanços legislativos em período de retrocessos políticos e trabalhistas. DMT em debate, 17 de jul. 2023. Disponível em: <<https://www.dmtemdebate.com.br/dez-anos-da-pec-das-domesticas-efeitos-dos-avancos-legislativos-em-periodo-de-retrocessos-politicos-e-trabalhistas/>>.

CAPÍTULO III – A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O referido capítulo dividiu-se em três tópicos, no qual, o primeiro abordou o caminho metodológico da pesquisa que para sua efetivação optou-se pela utilização de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Dentro dessa pesquisa foi escolhido o método dialético que partiu do pressuposto que os fatos não podem ser analisados e considerados fora de um contexto social. Ademais foi utilizado as abordagens de pesquisa documental e bibliográfica. Assim, durante a elaboração desse estudo, optou-se por uma abordagem crítica, social e histórica, visando compreender suas repercussões no cotidiano da sociedade.

No segundo momento foi feito uma análise crítica sobre o tema em questão: Invisibilidade do trabalho doméstico gratuito em uma perspectiva de se romper com ciclos de violência, nesse caso foi necessário abordar sobre os ciclos de violência vivenciados pelas mulheres como também fazer um estudo crítico sobre os aspectos culturais, econômicos e sociais. Nessa perspectiva foi importante analisar sobre as violências simbólicas e naturalizadas socialmente e para isso usamos as letras da música popular Brasileira como exemplo.

No terceiro e último a discussão se deu sobre a reflexão do trabalho doméstico gratuito e a sobrecarga que se origina dele, foi abordado os efeitos negativos que esse trabalho invisibilizado causa na saúde física e mental das mulheres. Fez-se necessário para refletir sobre esse contexto trazer conceitos de autores sobre questão social e suas múltiplas expressões, também foi importante abordar sobre as características do modelo que foi formado nossa sociedade capitalista, escravocrata e patriarcal. Todo o exposto foi fundamental para uma reflexão crítica sobre o tema em questão, para se pensar em estratégias de enfrentamento das violências de gênero e das desigualdades sociais e assim contribuir de alguma forma com a construção de uma nova sociedade possível, mais justa e igualitária.

3.1 CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UM ESTUDO SOCIAL E CRÍTICO

Como metodologia, para que o presente trabalho fosse desenvolvido, optou-se pela utilização de uma abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2001), as Ciências Sociais têm um foco inerentemente qualitativo, pois a realidade social é dinâmica e rica em significados. Esta realidade transcende teorias e discursos, desafiando a capacidade dos códigos científicos de contê-la integralmente. Apesar disso, as Ciências Sociais dispõem de ferramentas e teorias para se aproximar dessa complexidade, explorando expressões humanas em estruturas, processos, sujeitos, significados e representações.

Levando isso em consideração, dentro da pesquisa qualitativa, escolheu-se o método dialético, partindo do pressuposto que os fatos não podem ser analisados e considerados fora de um contexto social, uma vez que a partir de contradições surgem novas contradições que exigem soluções a serem adotadas. Trata-se, segundo Pereira *et al.* (2018), de uma imersão no mundo dos fenômenos, analisando a reciprocidade que nasce a partir da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre tanto na natureza como na sociedade.

Ademais, foram utilizadas as abordagens de pesquisa documental e bibliográfica. Ambas, de acordo com Gil (2002), abrigam determinadas semelhanças, de modo que a diferença se encontra na natureza das fontes, uma vez que a pesquisa bibliográfica faz uso, fundamentalmente, das contribuições dos diversos autores sobre o assunto em discussão, a pesquisa documental envolve o uso de materiais que não passaram ainda por um processo analítico, como é o caso de documentos de órgãos públicos, instituições privadas ou de domínio pessoal de determinada pessoa.

No campo documental, nesta pesquisa adotou-se a proposição realizada por Cellard (2012). Segundo o autor, a análise documental demanda a consideração de várias dimensões entrelaçadas. O pesquisador deve contemplar o contexto social global que influenciou a produção do documento, compreendendo a conjuntura política, econômica, social e cultural.

É crucial conhecer os produtores dos discursos analisados, explorando dados biográficos, ideias, motivações, posições sociais e redes de relações. Identificar a tipologia e origem do documento é essencial. Realizar uma leitura inicial para captar a lógica interna e os conceitos-chave, permitindo a compreensão dos termos empregados. Por fim, a análise interpretativa, envolvendo a reunião, classificação e comparação de informações preliminares, baseada na problemática e nos referenciais teóricos da pesquisa.

Semelhantemente, Pereira et al. (2018) mencionam que no campo da pesquisa bibliográfica, é necessário estudar as questões sociais e ambientais e, assim, de acordo com o estudo e a análise dessas áreas, as quais são apresentadas em diversos materiais bibliográficos, procurando compreender as influências da ciência e da tecnologia e seus reflexos no contexto social

Por meio da associação entre esses dois mecanismos de análise é possível desenvolver uma compreensão e formar, portanto, uma visão ampla e interdisciplinar acerca da temática em questão. Isso porque cria-se uma visão sobre os componentes histórico-estruturais do tema. Ao unir esses dois métodos de análise, é viável ampliar a compreensão e construir uma visão interdisciplinar abrangente sobre o tópico. Essa abordagem possibilita enxergar tanto os elementos históricos e estruturais quanto as nuances inter-relacionadas do tema em questão.

Assim, durante a elaboração deste estudo, optou-se por uma abordagem crítica, social e histórica para examinar os dados obtidos na pesquisa, visando compreender suas repercussões no cotidiano da sociedade. Tal enfoque permite a investigação da forma como a problemática social se revela no dia a dia, além de analisar como estruturas complexas influenciam as interações sociais.

Nesse contexto, procurou-se compreender o impacto das configurações sociais atuais no fenômeno da invisibilização do trabalho doméstico desempenhado de modo gratuito pela figura feminina, traçando um percurso histórico dos arranjos sociais e familiares no contexto brasileiro. Ao adotar essa perspectiva, teve-se como intuito compreender as ramificações das mudanças sociais e legais no âmbito das relações familiares, explorando como essas transformações têm afetado a questão da figura feminina e seu papel no trabalho não remunerado de cuidado doméstico.

Essa análise mais ampla nos permite compreender as implicações sociais, legais e culturais envolvidas nesse contexto complexo.

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais (Triviños, 1987, p.130).

Buscou-se, por meio da bibliografia disponível e do arcabouço documental explorado, compreender a relevância do complexo contexto que reside na temática da igualdade de gênero no trabalho, na luta pelos direitos e no reconhecimento das mulheres como participantes ativas no cenário do trabalho doméstico. Este estudo busca contribuir para a compreensão do desenvolvimento das condições sociais, econômicas e culturais que levaram as mulheres a se engajarem nessa esfera de atividade, bem como o meio por meio do qual passou a decorrer esse processo de invisibilização.

A pesquisa foi iniciada no mês de agosto e finalizada no mês de novembro por ser bibliográfica foi fundamental uma aprofundada leitura durante quatro meses de livros e Artigos de diversos autores e autoras. A filósofa feminista Silvia Federici foi base fundamental para a discussão do tema, no mesmo sentido foi: Saffioti, Zelia Amador, Yamamoto, Potyara Pereira. A escolha dessas autoras se deu pelo reconhecimento de suas ricas contribuições para se refletir de uma forma crítica sobre o tema em questão.

3.2 - QUESTIONAMENTO CRÍTICO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO E O PAPEL DESTINADO PARA AS MULHERES NA SOCIEDADE: UMA PERSPECTIVA PARA SE ROMPER COM CICLOS DE VIOLÊNCIA.

Por toda a História as mulheres ocuparam lugares e desempenharam papéis ao qual lhes foram determinados, a nossa sociedade foi estruturada com

base na convicção de que mulheres nasceram com dons e funções já estabelecidos biologicamente, com habilidades naturais para realizar o trabalho doméstico e de cuidado. Questionar criticamente essa ideia, falar sobre essa situação é uma das formas de visibilizar essa realidade normalizada.

Ao continuar com essa norma não só estamos subvalorizando as contribuições das mulheres para a sociedade como também estamos sustentando ciclos de violência econômica e de gênero. Romper esse padrão é um passo crucial para destruir essas estruturas socialmente aceitas que fortalecem desigualdades e violência.

Desde a década de 1990, a violência contra a mulher é reconhecida pela organização mundial de saúde pública, devido a sua alta prevalência e as consequências na saúde mental e física das suas vítimas (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi e Lozano, 2002 apud Bruhn, Lara, 2016, p. 2).

Entende-se que o que caracteriza uma violência de gênero não pode ser associado somente a agressão física, pois se manifesta em várias particularidades, ela pode ser percebida em forma de violência psicológica, patrimonial, sexual, moral. Em se tratando da exploração que as mulheres vivenciam em relação ao trabalho doméstico gratuito e de cuidado as violências são muitas.

Por causa da invisibilidade social evidente nessa atividade doméstica as violências ficam encobertas, ou seja, não se questiona sobre os motivos pelo qual uma mulher está estressada, triste, sem vontade de se cuidar, com sintomas de ansiedade, depressão. Esses sintomas podem estar associados ao fato de uma vida sobrecarregada, e muitas vezes quando as mulheres questionam esse fato são deslegitimadas, agredidas, silenciadas.

A violência que ocorre dentro de casa, contra a mulher, é denominada violência doméstica de gênero. Esse tipo de violência, afirma Schraiber et al. (2007), é construída pelo meio social e cultural. (Bruhn, Lara, 2016, p. 5)

É importante pensar sobre o quanto essa realidade vivida por milhões de mulheres afeta a saúde física e mental, prejudica as relações sociais, é

necessário entender que são violências estruturadas sobre uma relação de poder de um gênero sobre o outro. Segundo analisou a historiadora Joan Scott (1990) sobre o conceito de gênero como “Um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder” (Scott, apud Bruhn, Lara, 2016, p. 6)

Para se pensar criticamente sobre as violências feitas contra a mulher é necessário dar visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidado gratuitos, precisamos de mais políticas públicas que garantam direitos para as mulheres que dedicam suas vidas ao cuidado doméstico e familiar, é preciso equidade na divisão do trabalho, é essencial também pensar nas questões raciais, para romper com ciclos de violência é fundamental pensar sobre quem cuida de quem cuida.

De acordo com a pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) continua 2022, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, enquanto os homens utilizam 11,7 horas.²²

Tivemos o início de uma esperança dessa realidade sair da invisibilidade e a possibilidade de discutir e pensar criticamente sobre essa situação vivenciada por milhares de mulheres com o tema da redação desse ano do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil.²²

Também neste ano, os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e das mulheres criaram um grupo de trabalho para a elaboração da Política Nacional de Cuidados. Também foi lançada uma consulta pública e um formulário eletrônico para ouvir a sociedade sobre a elaboração dessa política.²²

Observando o descrito, é preciso debater criticamente sobre o trabalho invisível feito por mulheres, sobre a relação dessa temática com o sistema capitalista e patriarcal, essa função doméstica e de cuidado gratuito embora passado despercebido é a base do sistema econômico e político, mulheres sofrem opressão e violência por causa de um modelo de sociedade atrasado,

²² Agência Brasil, 5 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/redacao-enem-trabalho-cuidar/>>

onde são diariamente exploradas por serem as principais responsáveis pelos cuidados familiares e afazeres domésticos, quando se negam a essas responsabilidades atribuídas a elas, são violentadas, desumanizadas e subjugadas.

É importante refletir sobre o que ressaltou a psicóloga Veronica Campos em relação a desumanização das mulheres:

Basta olhar as estratégias de deslegitimação de mulheres em processos de guarda.

Basta olharmos para a discrepância do julgamento entre pais que abandonam seus filhos (material e afetivamente) e mulheres que o fazem.

Basta olharmos para o aborto masculino legalizado e a inviabilização das discussões sobre a descriminalização do aborto no Brasil

Basta olharmos para quem são as pessoas responsáveis pelo cuidado de parentes idosos ou adoecidos

Basta pensarmos nas alcunhas relegadas as mulheres que se priorizam: amarga, egoísta, seca, difícil. (CAMPOS, 2023).²³

É fundamental falar sobre a invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado e sobre as violências que as mulheres enfrentam diariamente, sozinhas, desamparadas e adoecidas, historicamente elas ocuparam a posição de cuidar, após a sociedade moderna industrial, passaram a exercer funções fora de casa sem deixar de realizarem as demandas domésticas, trabalhando o triplo, sendo classificada como guerreira quando na realidade por trás disso está uma mulher sobrecarregada, esgotada e violentada.

Diante do que foi exposto é importante refletirmos que a exploração do trabalho doméstico e de cuidado apesar de naturalizado e invisibilizado faz parte de um ciclo de violências, mulheres são subjugadas, violentadas e muitas vezes assassinadas quando não aceitam cumprir ou questionam esse papel.

Para entendermos sobre o ciclo da violência contra as mulheres a psicóloga americana Lenore Walker, a partir de um estudo em que ouviu 1.500 mulheres em situação de violência doméstica percebeu que tal violência

²³ Campos, Veronica.[@_veronicacampospsi]. Instagram, 6 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CzTo9gPu4U8/>>

apresentava um padrão. Ciclo de violência que apresentam três fases: a) acumulação de tensão b) explosão c) lua-de-mel:

Durante a fase de acumulação da tensão, que dura, normalmente bastante tempo, dá-se uma escalada gradual da violência. O início dessa fase é marcado, em geral, por agressões verbais, provocações e discussões, que podem evoluir para incidentes de agressões físicas e verbais, provocações e discussões, que podem evoluir para incidentes de agressões físicas leves, nessa fase, a despeito das tentativas de a mulher evitar a violência assumindo uma atitude submissa, a tensão vai aumentando até fugir ao controle e dar ensejo a uma agressão física grave, em um ataque de fúria, que caracteriza a fase da explosão.²⁴

Ficou entendido que os ciclos de violência contra a mulher constituem um fenômeno complexo que perpetua a desigualdade de gênero, pode se iniciar pelo simples fato de uma mulher se negar a servir o marido ou reclamar do cansaço de estar sobrecarregada. O enfrentamento desse problema requer uma ação coletiva, que vai além da simples repressão legal e se estende à educação, conscientização e mudança cultural.

Segundo a psicóloga, ainda sobre os ciclos de violência, passado o incidente agudo de violência, começa a fase de lua-de-mel onde o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento amoroso e gentil, tentando compensar a vítima pela agressão. Esse comportamento arrependido, dá lugar a novos incidentes de agressão, e reinicia-se a fase de acumulação de tensão e o ciclo de violência.²⁴

Com o passar do tempo, as fases tornam a se repetir e, mais do que isso, a cada retomada do ciclo a fase de explosão se torna mais violenta, podendo chegar ao assassinato da mulher pelo agressor. Outros desfechos trágicos são possíveis, como a mulher em situação de violência cometer suicídio, ou mesmo assassinar seu agressor.²⁴

Muitas vezes não se percebe que esse ciclo pode se iniciar com a violência psicológica que evolui para a violência física e, em alguns casos,

²⁴ Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres / pesquisa OMV/DataSenado. – Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018.

termina em feminicídio. Por isso é essencial investir em políticas públicas que fortaleçam a proteção das vítimas, proporcionem apoio psicológico, promovam a igualdade de gênero desde as instituições educacionais até os ambientes de trabalho.

Apesar da discussão sobre violência contra a mulher e violência doméstica existir desde a década de 1980, O Brasil só criou uma legislação específica contra esse tipo de violência depois do ano de 2000. No Brasil, em 2006, foi sancionada a lei no 11.340, denominada popularmente Lei Maria da Penha, para coibir os casos de violência contra a mulher (Bruhn, Lara, 2016, p. 5).

De acordo com Vasconcelos (apud Bruhn, Lara, 2016), essa lei rege os mecanismos para evitar a violência doméstica contra a mulher e define as formas de violência, delimitando cinco domínios: físico, patrimonial, sexual, moral e psicológico.

Embora possa se considerar que sempre esteja presente a violência no campo das relações, é preciso compreender como em cada contexto histórico se constitui o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, a partir da perspectiva de que gênero é uma construção social (Scott, 1990). Portanto, para se compreender o fenômeno da violência doméstica contra a mulher é preciso entender a construção do conceito de gênero (Bruhn, Lara, 2016, p. 6).

A partir da compressão de gênero como uma construção social é possível entender como os papéis e características associadas a cada gênero são moldados por normas, valores e expectativas sociais que muitas vezes podem ser disfarçados. Existem muitas maneiras de perpetuar preconceitos e violências e a música é uma delas. Na música popular Brasileira, as mulheres já tiveram seu valor vinculados às suas qualidades domésticas, ou sofrer violência física do marido sendo considerado como algo normal e várias outras violências cantadas por toda uma sociedade.

Um site criado por 5 publicitárias chamado (MMPB) Música Popular Machista escancara e analisa o machismo e a violência contra a mulher nas músicas nacionais. De acordo com as publicitárias a ideia é mostrar para as pessoas como a mulher é retratada de forma bem questionável na nossa música

há muito tempo e que existem uma violência simbólica totalmente normalizada e pouco questionável em nossa sociedade.²⁵ Vejamos alguns exemplos:

“Amélia não tinha a menor vaidade, Amélia que era mulher de verdade. Ai que saudade da Amélia” (Lago, Alves, 1942)

Composição de Mário Lago e Ataulfo Alves lançada em 1942 fez com que o termo Amélia se tornasse um símbolo de mulher submissa às necessidades e desejos do homem.

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: meu filho, o que há de se fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade. (Lago, Alves, 1942)

Essa representação contribui para a perpetuação da violência simbólica contra as mulheres, reforçando padrões tradicionais e nocivos de gênero. Para não normalizar essa canção e promover uma sociedade mais igualitária, é essencial criar conscientização sobre as mensagens prejudiciais que certas expressões culturais podem transmitir.

Dói uma tapinha não dói
Uma tapinha não dói
Uma tapinha não dói
Uma tapinha não dói, só uma tapinha (MC Naldinho, 2001).

Ao sugerir que um gesto físico agressivo é aceitável ou inofensivo, a canção contribui para a normalização de comportamentos violentos e desrespeitosos. Essa abordagem perpetua estereótipos prejudiciais de gênero, reforça a ideia de que a violência é justificada quando direcionada a mulheres, em um País que mais mata mulheres isso precisa ser questionado e refletido criticamente.

Mas que mulher indigesta, indigesta

²⁵ Por Heloisa Aun. *Catraca Livre*, 6 de abr. de 2018. Disponível em:<
<https://catracalivre.com.br/cidadania/mmpb-site-machismo-musicas/>>

Merece um tijolo na testa
E quando se manifesta
O que merece é entrar no açoitado
Ela é mais indigesta do que prato
De salada de pepino à meia-noite (Rosa, 1932)

Em vez de promover relações saudáveis e respeitadas, a música reforça normas sociais que podem alimentar um ambiente propício para violência. É crucial analisar criticamente expressões culturais como essas, questionando como contribuem para a construção de uma cultura que tolera a violência em um País que mais mata mulheres.

Para avançar em direção a uma sociedade mais igualitária e segura, é necessário rejeitar discursos que minimizam ou normalizam a violência contra as mulheres, promovendo narrativas que incentivem o respeito mútuo e a igualdade de gênero. Não se trata só de uma música antiga, mostram como a objetivação a mulher é algo normalizado.

É urgente refletir criticamente sobre os papéis determinados socialmente para as mulheres com a perspectiva de romper com ciclos de violência que acontecem diariamente, seja pelo fato de a mulher não querer estar mais em um relacionamento, expressar sua insatisfação por realizar um trabalho doméstico gratuito e invisível ou pelo simples fato dela se negar servir um prato de comida.

3.3 - TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO GRATUITO, SOBRECARGA, E OS IMPACTOS NA SAÚDE DAS MULHERES: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

O trabalho doméstico e de cuidado gratuito é uma realidade na vida de milhões de mulheres, abrange uma infinidade de tarefas que apesar de sua importância para a sociedade é desvalorizada. a naturalização da ideia de que as atividades domésticas e de cuidado devem ser feitas exclusivamente por pessoas do sexo feminino tem causado enormes impactos na vida das mulheres,

a sobrecarga, a cobrança social e a invisibilidade diante desse fato afeta a saúde física e mental e conseqüentemente todo o meio social.

A questão social pode ser analisada segundo Iamamoto (2000) como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura. Nesse conceito a exploração, a violência, a desigualdade de gênero, a discriminação de raça e etnia, a disparidade salarial entre homens e mulheres, o desemprego, fazem parte das múltiplas expressões da questão social, tratando-se da sobrecarga e da pressão social ao qual é destinada historicamente as mulheres essas questões se expressam de diversas formas.

Segundo relatório da Oxfam cerca de 75% das mulheres realizam trabalhos de cuidado não remunerado, juntas, dedicam diariamente mais de 12 bilhões de horas a atividades essenciais para sociedade, um trabalho que gera um valor equivalente a aproximadamente 10 trilhões de dólares por ano, e que embora passado despercebido é o alicerce da economia global. (Melchionna, 2023)²⁶

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas se as inúmeras tarefas feitas pelas gerações de mães e avós fossem acrescentadas ao Produto Interno Bruto (PIB), corresponderia a 11,7% de toda a riqueza produzida pelo Estado do Ceará. No nordeste o percentual de trabalho feminino chega a 12%.²⁷

Com base na descrição podemos perceber que por gerações são as mulheres que movimentam toda a riqueza produzida com um trabalho que não é remunerado, claramente foi aceito como natural esse fato, percebe-se que é passado de mãe para filha como uma herança, são gerações de mulheres que se sentem obrigadas a servir e cuidar como se isso fosse o que as legitimasse como uma boa mulher. Questionar sobre esse atraso é urgente.

Essa realidade ao qual as mulheres vivem é a base do sistema econômico e político, sem o qual o capitalismo não se sustenta, é expressão da

²⁶ Por Fernanda Melchionna. [@fernandapsol]. Instagram, 5 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CzRklvaOneu/>>

²⁷ Por Bruna Damasceno, Diário do Nordeste, 19 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/trabalho-invisivel-das-mulheres-no-ceara-equivale-a-117-do-pib-estadual-1.3443843>>.

questão social pois tem manifestações de exclusão, opressão, desigualdade e injustiça social. A esse respeito é importante analisarmos o que afirmou Telles sobre questão social:

Não basta reconhecê-la enquanto realidade bruta da pobreza e da miséria é preciso ser problematizada em seus dilemas, mas no cenário da crise do nosso estado de bem-estar, da justiça social, do papel do Estado e do sentido da responsabilidade pública (Telles, 1996, apud Arcoverde, 2008, p. 13).

De acordo com Cisne e Santos (2018 apud Colorio, 2021) a formação sócio-histórica de cada país imprime particularidades à “questão social” e suas expressões, é necessário portanto compreender traços históricos da nossa formação como sociedade. Conforme os autores o modelo de colonização no Brasil foi baseado além do patrimônio escravista, também no patrimônio patriarcal. Ou seja, uma cultura de obediência e submissão.

Portanto, cada país imprime suas particularidades às relações sociais, por outro lado, o patriarcado ultrapassa fronteiras e deixa marcas comuns na forma como a mulher é tratada como coisa (Cisne, Santos, apud Colorio, 2018, p.27).

Nessa perspectiva podemos analisar como a história molda as estruturas sociais, econômicas e políticas que influenciam diretamente as dinâmicas sociais contemporâneas. Ao examinarmos as raízes históricas da desigualdade, discriminação e injustiça, somos capazes de identificar padrões, entender como determinadas situações se desenvolveram e reconhecer as consequências de ações passadas. Nesse sentido nos explicou Cisne e Santos:

Somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes no escravismo, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas... Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes (Cisne, Santos, 2018, apud Colorio, 2018, p. 27).

Diante do exposto ficou claro que compreender o contexto histórico é fundamental para analisar as expressões da questão social. Historicamente as mulheres foram relegadas a papéis subalternos, sendo limitadas em oportunidades educacionais, profissionais e políticas. A desigualdade de gênero é uma dimensão dessa questão, a violência de gênero é outra expressão alarmante da questão social. A esse respeito nos escreveu lamamoto:

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnicas- raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil nos acessos aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estruturada- enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania. (Ianni, 1992, no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. (lamamoto, 2018, apud Colorio, 2018, p. 28)

A partir do que foi exposto sobre as múltiplas expressões da questão social faz-se necessário abordar sobre o trabalho doméstico gratuito e de cuidado e a sobrecarga enfrentada pelas mulheres, é importante pensarmos que essa realidade se apresenta como resultado de expectativas sociais e papéis tradicionalmente atribuídos a elas e que acarreta uma série de danos que se manifestam em diversos aspectos de suas vidas. Essa carga desproporcional, muitas vezes invisível, abrange desde responsabilidades domésticas até as demandas profissionais que se somam aos deveres familiares.

Segundo pesquisas recentes rotinas exaustivas estão levando mulheres ao esgotamento mental, são jornadas triplas de trabalho, sobrecarga doméstica e pressão estética. Pesquisa da Think Olga indica que seis em cada 10 Brasileiras convivem com diagnóstico de ansiedade, ainda sentem os efeitos da pandemia na saúde mental e entre as mulheres negras e as pertencentes às classes D e E com mais de 55 anos a situação ainda é mais preocupante.²⁸

²⁸ Por Lídia Capitani. Meio & Mensagem, 11 de set. de 2023. Disponível em:<
<https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/sobrecarga-pobreza-e-saude-mental-as-mulheres-estao-mais-esgotadas-do-que-nunca>>

Torna-se evidente que a sobrecarga impacta negativamente a saúde mental, física e emocional, podendo levar a um esgotamento que compromete a qualidade de vida, no caso das mulheres a maioria trabalham fora de casa e quando chegam tem uma demanda doméstica e de cuidado que impossibilita um momento de descanso e lazer, para as que trabalham em home office, segundo enfatizou a psicóloga Priscila Sanches, a realidade é ainda mais agravante.

O home office é uma visão, querendo ou não romantizada. “Existe um fato que as pessoas não falam: O home office faz borrar muito as fronteiras entre o lazer, o descanso e o trabalho”. Pontua, lembrando que algumas mulheres vão chegar a acumular o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, a maternidade e até o cuidado de terceiros (família e pessoas com quem possuem relacionamento estável). “Essa mulher não descansa. O local que deveria ser um local de cheguei em casa posso relaxar não é mais isso porque ela continua em casa e terá mil e uma funções para lidar.”²⁹

Segundo a pesquisa existe um recorte de gênero, pois os homens vivem de forma diferente, a casa pode ser um local de trabalho, mas não de um trabalho doméstico, não de uma paternidade que pode ser opcional e não obrigatória como é a maternidade. Os homens não vivem uma jornada de trabalho interminável pois o que é socialmente naturalizado é o trabalho doméstico e de cuidado feito por mulheres o que contribui ainda mais para exaustão.²⁹

É importante pensar sobre mais um desafio enfrentado pelas mulheres no que diz respeito a pressão estética, torna-se um fator a mais para o esgotamento. segundo a pesquisa essa pressão aumenta a sobrecarga pois cria uma busca exaustiva por um padrão de beleza inalcançável, A psicóloga Priscila explicou que os casos de transtornos alimentares são majoritariamente femininos e que o ideal de corpo e rostos perfeitos criados por produtos culturais tem levado mulheres distantes desse padrão a exclusão e invisibilidade social, o que traz consequências principalmente para a saúde mental.²⁹

De acordo com a pesquisa da Think Olga, sete em cada 10 pessoas diagnosticadas com depressão são mulheres. Isso faz com que seja esse o

²⁹ Por Brenda Fernández e Camila Souza. Correio do Povo, 10 de set. de 2023. Disponível em:<
<https://www.correiodopovo.com.br/bellamais/sobrecarregadas-a-rotina-exaustiva-que-est%C3%A1-levando-mulheres-ao-esgotamento-mental-1.1399828>>

público mais suscetível a desenvolver vícios não saudáveis.¹⁰ A esse respeito enfatizou a psicóloga Priscila:

“Todo excesso, tudo que tira as pessoas dessa percepção vai ser desejado quando elas só vivem estresse, quando a rotina não tem nenhum tipo de prazer”, a compulsão alimentar e o consumo excessivo de álcool e drogas, por exemplo, acontecem como uma válvula de escape em meio a uma rotina repleta de sofrimento e de sobrecarga.³⁰

É importante pensarmos em estratégias de enfrentamento dessa problemática de sobrecarga e adoecimento das mulheres e o impacto que isso causa na saúde física e mental, como esses efeitos são sentidos pelas mulheres negras e de baixa renda segundo apontou Priscila “Saúde Mental também é sobre igualdade social, sobre distribuição de renda, sobre o combate a preconceitos. Não existe solução fácil, porque a gente está falando em um problema estrutural.³⁰

Ficou claro que o trabalho doméstico invisível, que abrange tarefas como o planejamento de refeições, organização do lar e gestão emocional da família, não apenas consome tempo e energia como também afeta a saúde e as relações sociais das mulheres, é crucial destacar a necessidade de reconhecimento e redistribuição equitativa dessas responsabilidades, não apenas para aliviar a sobrecarga, mas também para promover uma transformação cultural em direção a relações mais justas e equitativas.

De acordo com o último relatório “Esgotadas” da Think Olga, consultoria em equidade de gênero, fadiga, estresse, sonolência, irritabilidade, insônia e tristeza são os sintomas mais citados entre as mais de mil entrevistadas da pesquisa. As mulheres atravessaram uma das piores crises do século e, mesmo com seu fim, continuam esgotadas em 2023. Segundo o relatório da organização internacional IHME (The Institute for Health Metrics and Evaluation) São 49

³⁰ Por Brenda Fernández e Camila Souza. Correio do Povo, 10 de set. de 2023. Disponível em:<
<https://www.correiodopovo.com.br/bellamais/sobrecarregadas-a-rotina-exaustiva-que-est%C3%A1-levando-mulheres-ao-esgotamento-mental-1.1399828>>

milhões de pessoas no Brasil que vivem com algum transtorno mental, sendo 53% mulheres.³¹

É importante abordar sobre a sobrecarga do cuidado e o quanto o adoecimento mental das mulheres é legítimo e não podem ser mais negligenciados, é urgente que o setor público e o privado tenham responsabilidades sobre o estado emocional das mulheres, é uma questão de saúde pública que afeta toda a sociedade, todas as pessoas independentes de gênero e classe.

“Inúmeros estudos já identificaram que desvantagens sociais associadas ao gênero feminino, como a maior exposição a violência doméstica e sexual, oportunidades educacionais e de emprego limitadas e mais responsabilidade de cuidado, podem contribuir para o aumento dos riscos de transtornos mentais entre as mulheres”, destaca o relatório.³²

A saúde mental é resultante de um conjunto de fatores biológicos, genéticos, psíquicos, mas ela não pode ser desconsiderada dos aspectos ambientais aos quais essa pessoa está exposta. “saúde mental também tem a ver com acesso à educação, habitação, alimentação, renda digna, emprego, transporte, cultura”, como afirmou o estudo.³²

A sobrecarga feminina decorre das desigualdades de gênero e das expectativas injustas que recaem socialmente para as mulheres, consequência de uma sociedade escravocrata e patriarcal. Mudanças nessa realidade é um desafio urgente e muito complexo, algumas estratégias como políticas públicas que promovam igualdade de gênero, redução da carga mental com uma maior divisão no trabalho doméstico e de cuidado, educação e empoderamento, apoio governamental, políticas inclusivas devem ser pensadas e efetivadas como perspectiva de uma construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as mulheres possam fazer suas escolhas de forma saudável sem precisar abdicar de seu direito fundamental, o de liberdade.

³¹ Por Lidia Capitani. Meio & Mensagem, 11 de set. de 2023. Disponível em:<
<https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/sobrecarga-pobreza-e-saude-mental-as-mulheres-estao-mais-esgotadas-do-que-nunca>>

³² Por Lidia Capitani. Meio & Mensagem, 11 de set. de 2023. Disponível em:<
<https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/sobrecarga-pobreza-e-saude-mental-as-mulheres-estao-mais-esgotadas-do-que-nunca>>

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos (Saffioti, 1987, apud Colorio, 2021, p. 31)

O enfrentamento da sobrecarga feminina deve ser pensado coletivamente e para a transformação dessa realidade é necessário mudanças culturais, políticas e estruturais, é preciso uma mudança de mentalidade e isso só é possível através da educação, na criação de ambientes inclusivos que valorizem todas as pessoas independente de seu gênero, raça, cor, religião, é necessário redes de apoio que proporcionem solidariedade e união na construção de uma sociedade equitativa, sustentável e segura para todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse estudo possibilitou uma abordagem crítica sobre a invisibilidade do trabalho gratuito feito pelas mulheres na sociedade, mesmo esse contexto sendo vivenciado por milhões de pessoas historicamente se percebe uma tentativa de invisibilização e naturalização dos inúmeros impactos causados diante dessa realidade. No entanto, existem também uma parcela considerável de feministas e autoras de diferentes áreas que envolvem as ciências sociais, educação, psicologia, serviço social, filosofia, dentre outras, que através de uma rica literatura apresentam uma discussão crítica para se pensar sobre os papéis sociais construídos historicamente para as mulheres.

O estudo e debate crítico do tema em questão contribuiu para fortalecer a necessidade de cada vez mais trazer para todos os espaços, acadêmicos e comunitários, discussões acerca da invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidado feito majoritariamente por mulheres, os impactos causados na saúde e na vida dessa população e o que pode ser feito para enfrentar e minorar os malefícios causados por esse fato para todo o meio social. Partindo do que foi abordado em cada capítulo dessa pesquisa ficou claro tratar-se de um fenômeno estrutural.

Nessa perspectiva ficou evidente que o modelo ao qual foi estruturado nossa sociedade, capitalista, patriarcal, escravagista tem total influência ao modo como se naturaliza os papéis que foram determinados historicamente para as mulheres. As violências de gênero, o sexismo, a divisão sexual do trabalho, a desigualdade de gênero é consequência de um sistema que se fortalece às custas da exploração feminina e invisibilizar essa realidade faz parte de sua hegemonia.

Foi fundamental para o alcance do objetivo proposto refletir sobre a persistente invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado desempenhado por mulheres. Embora essas atividades tenham uma importante contribuição para o desenvolvimento da sociedade, fornecendo sustentação emocional e prática para as famílias, na maioria das vezes permanecem negligenciados e subestimados. A invisibilidade desse trabalho, que abrange desde a limpeza e

organização da casa até o cuidado com os filhos e idosos, perpetua desigualdades de gênero profundas.

Reconhecer e valorizar essas contribuições é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa. A transformação desse contexto estrutural exige não apenas uma mudança de mentalidade, mas também políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e reconheçam o valor do trabalho doméstico não remunerado. Ao fazê-lo, podemos acreditar em uma sociedade onde o esforço dedicado ao lar seja visível e respeitado, contribuindo para a construção de um futuro mais igualitário e sustentável.

O trabalho ressaltou a importância de abordar temas relacionados à condição das mulheres na sociedade como uma prioridade incontestável, a compreensão profunda e a discussão aberta sobre as experiências, desafios e sucessos das mulheres são fundamentais para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e progressista. Ao destacar essas questões, não apenas reconhecemos a diversidade de papéis que as mulheres desempenham, mas também confrontamos as desigualdades enraizadas que persistem.

A promoção da igualdade de gênero não é apenas uma responsabilidade moral, mas também uma estratégia inteligente para impulsionar o desenvolvimento social. Empoderar as mulheres não apenas enriquecem suas vidas, mas também contribui significativamente para o avanço social e econômico global. Nesse sentido, é crucial adotar abordagens colaborativas, envolvendo governos, instituições, empresas e a sociedade em geral, para criar um ambiente no qual todas as mulheres possam florescer, alcançando seu pleno potencial e, assim, elevando toda a sociedade a novos patamares de equidade e prosperidade.

Portanto, este trabalho teve relevância ao oferecer significativas contribuições acerca de questões referentes as mulheres, abordando temas em uma perspectiva social e crítica. Torna-se de fundamental importância esse estudo para os espaços acadêmicos, lugar de produção do conhecimento, a profissão de Serviço Social está diretamente inserida nesse contexto, mas é fundamental que todas as outras profissões dialoguem e reflitam nesse sentido

pois a importância desse tema para a comunidade de um modo geral é indiscutível.

Concluindo, a urgência e relevância do debate sobre a exploração das mulheres na sociedade não podem ser invisibilizadas, a abordagem dessas questões não apenas desafia normas profundamente enraizadas, mas também lança questionamentos sobre a necessidade crítica de transformação estrutural. Ao confrontarmos abertamente as formas de exploração, desde a doméstica até a violência de gênero, estamos defendendo uma sociedade que valoriza a dignidade, igualdade e liberdade para todas as pessoas.

A luta contra a exploração das mulheres não é uma luta isolada, é uma luta coletiva para a construção de um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas. Instigar cada vez mais o debate acerca da situação das mulheres é importante e necessário para se pensar nas estratégias de enfrentamento das violências e desigualdades existentes. Questionar papéis sociais, conhecer nossa história, refletir criticamente sobre as estruturas enraizadas ao qual a nossa sociedade historicamente foi construída é de extrema importância. É preciso estar atento e forte.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL (Brasília) (ed.). **Redação do Enem aborda mulheres e invisibilidade do trabalho de cuidar**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/redacao-do-enem-aborda-mulheres-e-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidar>. Acesso em: 14 nov. 2023

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, mai./ago. 2004.

Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres / pesquisa OMV/DataSenado. – Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018.

ARCOVERDE, Ana, **Serviço Social e Questão Social na Globalização**. Serviço Social & Realidade, Recife, v. 17, n.1, p. 102-124, 2008.

AUN, Heloisa. **MMPB: site escancara e analisa o machismo nas músicas nacionais**. 2018. Catraca Livre. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/mmpb-site-machismo-musicas/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1949

BRASIL DE FATO (São Paulo (Sp)) (ed.). **'Não existe outra lei de reparação maior do que a de Cotas hoje', diz ministra Anielle Franco**. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/05/nao-existe-outra-lei-de-reparacao-maior-do-que-a-de-cotas-hoje-diz-ministra-anielle-franco>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL DE FATO. Extraclasse (ed.). **Sistemas de opressão interligam racismo, sexismo e classe social**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/17/sistemas-de-opressao-interligam-racismo-sexismo-e-classe-social>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

CABREIRA, Pamela Peres. **Trabalho doméstico e reprodutivo na esfera capitalista: mulheres, exploração e segregação social**. Revista Historiar, jun. 2020. Disponível em:<https://run.unl.pt/bitstream/10362/128855/1/TRABALHO_DOM_STICO_E_REPRODUTIVO_NA_ESFERA_CAPITALISTA.pdf>

CAMPOS, Verônica. **Mulheres são desumanizadas quando se recusam a performar o cuidado baseado no apagamento, na sobrecarga e no sacrifício**. 5 nov. 2023. Instagram: _veronicacampospsi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzTo9gPu4U8>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPITANI, Lidia. **Sobrecarga, pobreza e saúde mental: as mulheres estão mais esgotadas do que nunca**. 2023. Meio & Mensagem. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/sobrecarga-pobreza-e-saude-mental-as-mulheres-estao-mais-esgotadas-do-que-nunca>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CARNEIRO, Taymã (Pará). G1 Pa. **Zélia Amador traz o olhar ativista sobre as discriminações enfrentadas pela mulher negra. 2018**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/zelia-amador-traz-o-olhar-ativista-sobre-as-discriminacoes-enfrentadas-pela-mulher-negra.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2023.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHADE, Jamil. **Presença de mulheres no Congresso brasileiro é inferior à média mundial**. 2023. Notícias Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/03/presenca-de-mulheres-no-congresso-brasileiro-e-inferior-a-media-mundial.htm>. Acesso em: 11 set. 2023.

COLÓRIO, Camila. **As origens da violência contra a mulher a partir da "questão social" no Brasil**. 15 de jul. de 2021. Disponível em:<<https://repositorio.ucs.br/11338/9003>>

DAMASCENO, Bruna (ed.). **Trabalho 'invisível' das mulheres no Ceará equivale a 11,7% do PIB estadual**. 2023. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/trabalho-invisivel-das-mulheres-no-ceara-equivale-a-117-do-pib-estadual-1.3443843>. Acesso em: 20 nov. 2023

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Coleção Perspectivas do homem, v. 99, série ciências sociais), 1984.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018

FERNÁNDEZ, Brenda; SOUZA, Camila. **Sobrecarregadas: a rotina exaustiva que está levando mulheres ao esgotamento mental**. 2023. Correio do Povo. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/bellamais/sobrecarregadas-a-rotina-exaustiva-que-est%C3%A1-levando-mulheres-ao-esgotamento-mental-1.1399828>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (ed.). **Pauta Brasil: sobrecarga e pobreza na vida das mulheres brasileiras**. 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/03/10/pauta-brasil-sobrecarga-e-pobreza-na-vida-das-mulheres-brasileiras/>. Acesso em: 3 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Ricardo. **Trabalho das mulheres na pandemia é um fluxo contínuo de atividades que gera sofrimento**. 2021. Revista IHU On-Line. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7760-trabalho-das-mulheres-na-pandemia-e-um-fluxo-continuo-de-atividades-que-gera-sofrimento>. Acesso em: 5 out. 2023

MELCHIONNA, Fernanda. **É urgente pensar políticas públicas revolucionárias para superar esse atraso e construir um novo modelo de sociedade onde as mulheres não sejam subjugadas e sigam compulsoriamente sendo as principais responsáveis pelos cuidados familiares e afazeres domésticos.** 5 nov. 2023. Instagram: fernandapsol. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzRklvaOneu>. Acesso em: 6 nov. 2023

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÚRIAS, Cláudia, «**Da domesticidade à conciliação num mundo globalizado: perspectiva intergeracional sobre a discriminação das mulheres rurais no Alto Minho**», Configurações [Online], 24 | 2019, posto online no dia 18 dezembro 2019, consultado o 03 dezembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/7716>; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7716>

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Agência Notícias IBGE. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 13 out. 2023

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Fundação Perseu Abramo. **A invisibilidade do trabalho doméstico na economia.** 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/08/20/invisibilidade-do-trabalho-domestico-na-economia/>. Acesso em: 13 out. 2023.

PASSOS, Úrsula. Folha de São Paulo. **O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago,** diz Silvia Federici. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>. Acesso em: 3 set. 2023.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria, UFSM, 2018.

PEREIRA, P. A. P. **Políticas Públicas e Necessidades Humanas com enfoque no gênero**. Sociedade em Debate (UCPel), v. 12, p. 67-86, 2006.2.

PHILIPPI, Jr. A; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005 – (Coleção Ambiental, v. 3).

PINHEIRO, Luana; GONZALEZ, Roberto; FONTOURA, Natália. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Nota Técnica nº 10. IPEA. 2012.. Disponível em:
https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120830_notatecnicadisoc010.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

REDAÇÃO CUT (ed.). **Mulher negra, de 84 anos, é resgatada de trabalho escravo doméstico após 72 anos**. 2022. Disponível em:
<https://www.cut.org.br/noticias/mulher-negra-de-84-anos-e-resgatada-de-trabalho-escravo-domestico-apos-72-anos-fe77>. Acesso em: 21 set. 2023.

REDAÇÃO ND (Florianópolis) (ed.). **Psicóloga comenta sobrecarga da mulher com jornada múltipla de trabalho**. 2022. Disponível em:
<https://ndmais.com.br/cidadania/psicologa-comenta-sobrecarga-da-mulher-com-jornada-multipla-de-trabalho/>. Acesso em: 3 out. 2023.

RUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. **Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica**. Rev. Polis Psique, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 70-86, jul. 2016. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000200005&lng=pt&nrm=iso>.

SAFFIOTI, Heleieth LB. **Rearticulando gênero e classe social**. In: A.O. COSTA, C. BRUSCHINI (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAMPAIO, Marina; MONTANHANA, Beatriz (Brasília (Df)). Brasil de Fato (ed.). **É importante falar das desigualdades entre homens e mulheres no mundo**

do trabalho. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/07/e-importante-falar-das-desigualdades-entre-homens-e-mulheres-no-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 31 out. 2023.

TEIXEIRA, T. S., BIFANO, A. C. S., & Lopes, M. de F. (2016). **Trabalho doméstico: reprodução e resistência.** Oikos: Família E Sociedade Em Debate, 27(1), 59–78. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3717>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** A pesquisa, p. 133, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf Acesso em: 13 nov. 2023.

VIECELLI, Cristina Pereira. **Dez anos da PEC das domésticas: efeitos dos avanços legislativos em período de retrocessos políticos e trabalhistas.** 2023. Democracia e Mundo do Trabalho em Debate. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/dez-anos-da-pec-das-domesticas-efeitos-dos-avancos-legislativos-em-periodo-de-retrocessos-politicos-e-trabalhistas/>. Acesso em: 11 out. 2023.

VILELA, Pedro Rafael. **Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país.** 2022. Agência Brasil - Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 21 set. 2023.